



Tribunal de Contas do Estado
de Pernambuco – TCE/PE

**RELATÓRIO CONSOLIDADO DO
PRIMEIRO MONITORAMENTO
DE AUDITORIA OPERACIONAL
(PROCESSO TC Nº 0902032-9)**



**PROGRAMA EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS – EJA
(Prefeitura de Olinda)**



**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
DE OLINDA**



Conselheiro Relator:
Marcos Nóbrega

Equipe:
Alan José de Moura Silva
Adriana Figueirêdo Arantes

Recife, outubro - 2009



Agradecimentos

O sucesso das auditorias operacionais e dos monitoramentos depende do relacionamento e da colaboração estabelecidas entre as equipes de auditoria e os dirigentes e técnicos das entidades e programas auditados. Há de se registrar que a equipe do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE/PE foi muito bem recebida pela Secretária de Educação e Desporto da Prefeitura de Olinda, Sr^a Leocádia Maria da Hora Neta, pelo chefe de Gabinete da Prefeitura de Olinda, Sr. João Alberto Costa Faria, pela Diretora de Ensino, Sr^a Edineide César dos Santos, pela Assessora da Diretoria de Ensino, Sr^a Leila Loureiro, e pela chefe da Educação Básica, Sr^a Fátima Guerra.

O monitoramento contou também com a cordialidade e participação de técnicos do Departamento de Acompanhamento e Registro – DARE, do Departamento Financeiro da Secretaria de Educação e Desporto da Prefeitura de Olinda – SEDO e de coordenadores e diretores das escolas municipais visitadas.



Resumo

A Educação de Jovens e Adultos – EJA – objetiva restaurar o direito à educação negada aos jovens e adultos, oferecendo igualdade de oportunidades para a entrada e permanência no mercado de trabalho, além de qualificação para uma educação permanente. Foram focadas, durante a auditoria, as ações do programa relacionadas ao sistema de controle, à disponibilização de material didático e capacitação dos professores, às articulações interinstitucionais e às condições oferecidas para o acesso e permanência dos alunos.

O presente trabalho corresponde ao primeiro monitoramento das recomendações proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado referente à Auditoria de Natureza Operacional realizada em 2006 na Educação de Jovens e Adultos, da Prefeitura Municipal de Olinda.

Para coletar as informações, que auxiliaram o processo do monitoramento, foram utilizados como procedimentos metodológicos: observação direta; solicitação e análise de documentos e relatórios; entrevistas semi-estruturadas em campo com gestores; e visitas a quatro escolas (Escola Prof. Hélio Maia, Escola Prof^a. Joana Sena, Escola Dr. Manoel Borba e Escola Prof^a. Norma Coelho – CAIC).

Para os diversos problemas que poderiam comprometer os objetivos do programa, identificados pela equipe de auditoria, foram emitidas recomendações, as quais foram analisadas no presente processo de monitoramento, em conjunto com os gestores envolvidos na EJA, a fim de aferir seu grau de implementação e analisar, ainda que preliminarmente, se os referidos achados persistem.

As recomendações foram classificadas conforme seu grau de implementação, constatando-se que:

- **20,0%** já foram implementadas;
- **14,3%** encontram-se em fase avançada de implementação;
- **34,3%** encontram-se em fase inicial de implementação;
- **25,7%** ainda não foram implementadas; e
- **5,7%** não são mais aplicáveis.

Observou-se também, em análise preliminar, que não houve achados sanados. Em futuro monitoramento, buscar-se-á confirmar se os problemas identificados foram, de fato, sanados e avaliar os impactos provenientes das implementações observadas.

Cabe destacar algumas informações obtidas durante a realização deste monitoramento, são elas:

A gestão da EJA, que apresentou durante a auditoria, em 2006, fragilidade quanto a informações sobre o desempenho de suas diversas ações, passou a dispor a partir desse ano de algumas informações importantes do exercício anterior que são os números de alunos aprovados, reprovados, desistentes, transferidos e falecidos, a partir dos quais foram calculados os percentuais de aprovação, reprovação e desistência – **38%, 17% e 45%** respectivamente. Ressalta-se, no entanto, que para formação destes indicadores foi excluído o número de alunos transferidos e falecidos. Estes dados representam importante fonte para a



reflexão e o planejamento de ações da gestão da EJA da Prefeitura de Olinda com o objetivo de promover a melhoria destes resultados.

Verificou-se que os livros didáticos apenas foram entregues às escolas em maio/09, isto é, 52 dias após o início do ano letivo, o que corresponde afirmar que os alunos de EJA assistiram a aproximadamente 25% das aulas sem os livros¹.

A Divisão de EJA encontrava-se sem chefia, além de ter sofrido redução de **50%** em seu quadro de técnicos especializados, que eram quatro à época da auditoria e passaram a ser dois.

Por outro lado, houve um aumento de aproximadamente 9% no número de matrículas da rede de EJA de Olinda entre 2008 e 2009, passando de 3.486 para 3.797 alunos matriculados. Foi ampliada a oferta de turmas de EJA dos níveis 4 e 5, passando de duas escolas, que já ofereciam estes níveis de EJA em 2006, para 20 escolas que em 2009 possuem, ao todo, 41 turmas. E também foram criadas duas turmas diurnas de EJA, ambas na Escola Professora Norma Coelho – CAIC, que estão atendendo a 30 alunos do nível III e 16 do nível I.

¹ O calendário escolar prevê a oferta de 204 dias letivos para a EJA em 2009.



Lista de siglas

AOP	Auditoria Operacional
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
DA	Diretoria Administrativa
DARE	Departamento de Acompanhamento e Registro
DE	Diretoria de Ensino
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GRE	Gerência Regional de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAFEPE	Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco
MEC	Ministério da Educação
PMO	Prefeitura Municipal de Olinda
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPA	Plano Plurianual
PPP	Proposta Político-Pedagógica
RPA	Região Político-Administrativa
SEDO	Secretaria de Educação e Desporto da Prefeitura de Olinda
SEFAD	Secretaria da Fazenda e da Administração de Olinda
TCE/PE	Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
TP	Tomada de Preços

Lista de figuras

Figura 1	Órgãos da Secretaria de Educação e Desporto de Olinda com responsabilidades relacionadas ao gerenciamento da EJA	Pag. 8
Figura 2	Lógica da Política de EJA em Olinda	Pag. 9
Figura 3	Distribuição dos diários de classe às escolas em 2009	Pag. 19
Figura 4	Distribuição dos livros didáticos de classe às escolas em 2009	Pag. 24

Lista de tabelas

Tabela 1	Quantitativo de unidades de ensino da EJA de Olinda em 2009	Pag. 12
Tabela 2	Número de turmas e alunos da EJA de Olinda por nível em 2009	Pag. 12
Tabela 3	Número de alunos de EJA com necessidade de atendimento oftalmológico	Pag. 26
Tabela 4	Turmas diurnas de EJA em 2009	Pag. 33
Tabela 5	Quantitativo de alunos matriculados nos diversos níveis de EJA em 2008 e 2009	Pag. 34
Tabela 6	Quantitativo de escolas, turmas e alunos atendidos pela	Pag. 36



	EJA municipal nos níveis 4 e 5 em 2009	
Tabela 7	Percentuais de rendimento por nível de EJA em 2008	Pag. 38
Tabela 8	Situação dos achados e da implementação das recomendações proferidas pelo TCE/PE	Pag. 44

Lista de gráficos

Gráfico 1	Rendimento escolar da EJA em 2008	Pag. 11
Gráfico 2	Nível de escrita do Nível I - 1º diagnóstico de 2009	Pag. 15
Gráfico 3	Nível de escrita do Nível III - 1º diagnóstico de 2009	Pag. 15
Gráfico 4	Situação da implementação das recomendações: primeiro monitoramento – agosto/2009	Pag. 47



Sumário

	Página
Capítulo 1 – Introdução	8
1.1. Antecedentes.....	8
1.2. Objetivos do monitoramento.....	10
1.3. Procedimentos metodológicos.....	10
Capítulo 2 – Contextualização da Educação de Jovens e Adultos de Olinda.....	11
Capítulo 3 – Informações Orçamentárias e Financeiras.....	13
Capítulo 4 – Análise dos Achados e suas Recomendações.....	14
4.1. Adequação dos controles para o gerenciamento da EJA.....	14
4.1.1. Informações sobre o desempenho dos alunos.....	14
4.1.2. Procedimentos para contatar alunos que faltam.....	20
4.2. Adequação do material didático disponibilizado e da formação dos professores às necessidades da EJA.....	22
4.2.1. Disponibilização de livros e materiais didáticos.....	22
4.2.2. Atendimento das necessidades de alunos e professores pelo livro didático	25
4.2.3. Adequação das capacitações.....	28
4.3. Fatores externos que interferem na escolarização de jovens e adultos da EJA....	30
4.3.1. Cumprimento da carga horária.....	30
4.3.2. Articulação da gestão da EJA com outros órgãos e programas municipais	32
4.4. Acesso e permanência na EJA.....	34
4.4.1. Acesso do público-alvo à EJA.....	34
4.4.2. Permanência dos alunos na EJA.....	35
4.5. Outros achados.....	40
4.5.1. Estrutura física e de pessoal para o gerenciamento da EJA.....	40
4.5.2. Informações orçamentário-financeiras da EJA.....	42
Capítulo 5 – Indicadores de Desempenho.....	44
Capítulo 6 – Análise dos Comentários do Gestor.....	45
Capítulo 7 – Considerações Finais.....	46
Capítulo 8 – Propostas de Encaminhamento.....	50



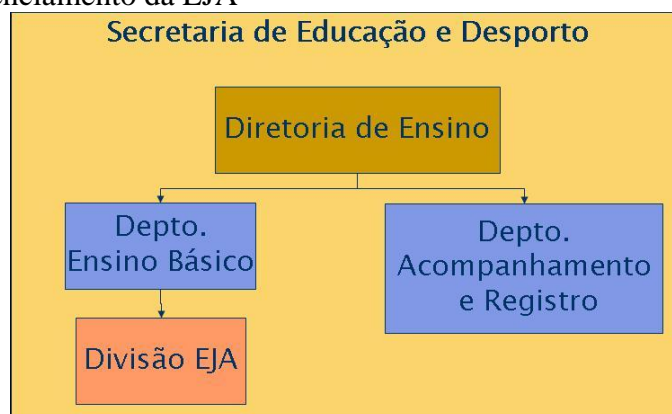
1. Introdução

1.1. Antecedentes

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE/PE, através da Decisão TC n° 1143/07, de 30/08/2007, promoveu o julgamento do Processo TC n° 0602927-9, referente à Auditoria Operacional – AOP – realizada em 2006, resultando em recomendações para o Programa Educação de Jovens e Adultos – PEJA, que atualmente não se constitui mais um programa, havendo sido incorporado ao FUNDEB. As recomendações proferidas por esta Corte visaram à melhoria e ao aperfeiçoamento do programa e permanecem cabíveis para as ações de educação de jovens e adultos, atualmente realizadas.

O escopo da auditoria foi o Programa de Educação de Jovens e Adultos, que era gerenciado pela Diretoria de Ensino da Secretaria de Educação e Desporto de Olinda – SEDO, mais especificamente pela Divisão de EJA, e cujo objeto era a oferta do ensino básico a jovens e adultos a partir de 15 anos, divididos em cinco níveis que correspondem ao ensino da alfabetização até a 8ª série.

Figura 1 - Órgãos da Secretaria de Educação e Desporto de Olinda com responsabilidades relacionadas ao gerenciamento da EJA



Fonte: elaborado pela equipe de auditoria a partir de organograma disponibilizado pela Diretoria de Ensino.

Para a avaliação do programa, a auditoria subdividiu sua análise em quatro questões. A primeira examinou se os controles existentes são adequados para o gerenciamento administrativo e pedagógico da EJA; a segunda questão buscou averiguar se o material didático e a formação dos professores são adequados às necessidades da EJA; a terceira questão investigou a existência de ações articuladas entre a gestão e outros órgãos e programas, objetivando minimizar a interferência de fatores externos no processo de escolarização; e, por fim, a quarta questão se debruçou sobre as condições oferecidas aos alunos para o acesso e permanência no programa.

As principais constatações da auditoria foram relacionadas a: a) ausência de informações tempestivas sobre desempenho dos alunos; b) distribuição intempestiva e não uniforme de livros e materiais didáticos; c) inadequação das capacitações oferecidas; d) insuficiente articulação para minimizar fatores externos que prejudicam escolarização; e) não-cumprimento de carga horária; f) dificuldades enfrentadas pelo público-alvo para acesso e

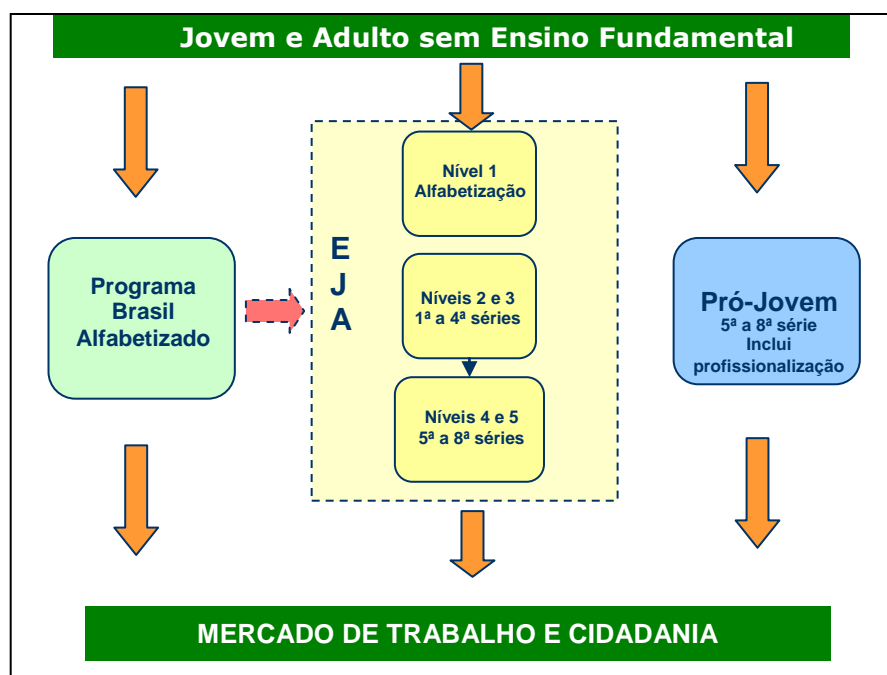
permanência no programa; e g) inadequação da estrutura disponibilizada para o gerenciamento do programa.

De acordo com o censo realizado pelo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2000, o país tinha 16,3 milhões de analfabetos na faixa etária de 15 anos ou mais, número que corresponde a uma taxa de 13,6% da população. Já em 2007, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE, houve uma queda na taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos de idade que passou a ser de 9,9%. Em Olinda, dados do censo do IBGE realizado em 2000 indicam que dos 270 mil habitantes do município de Olinda, 26.800 eram analfabetos, o que representava 9,9%.

Um diagnóstico realizado pela SEDO constatou que a concentração de jovens e adultos analfabetos está localizada nas famílias de baixa renda que habitam na periferia da cidade. Dessa forma, buscando garantir a inclusão social das camadas menos favorecidas da população, a Secretaria vem desenvolvendo ações específicas para a elevação da escolaridade de jovens e adultos na expectativa de que tenham maiores condições para ingressarem no mercado de trabalho.

A política de Educação de Jovens e Adultos em Olinda foi organizada de acordo com a lógica a seguir:

Figura 2 - Lógica da Política de EJA em Olinda



Fonte: elaborado pela equipe de auditoria

O jovem e o adulto, que não tiveram oportunidade de concluir o ensino fundamental, têm três opções para continuar seus estudos: se não forem alfabetizados poderão ingressar no Programa Brasil Alfabetizado e, ao terminar, poderá ingressar nas turmas de EJA; poderão ingressar diretamente nas turmas de EJA no nível 1 a 5, de acordo com o seu grau de conhecimento; e, por fim, os jovens e adultos alfabetizados que possuem a 4ª série do ensino fundamental poderão ingressar no Pró-jovem, que corresponde ao curso de 5ª a 8ª séries, mas com características de profissionalização.



Após julgamento da auditoria (Processo TC n° 0602927-9), a Secretaria de Educação e Desporto de Olinda encaminhou, em novembro de 2007, o Plano de Ação adotado pela gestão com a proposição das atividades/ações a serem adotadas, o prazo para execução e o responsável por cada ação. Encontra-se anexo às fls. 48 o Quadro Resumo do Plano de Ação e seus anexos.

Em agosto de 2008, foram encaminhados à Prefeitura de Olinda e à Secretaria de Educação e Desporto de Olinda, respectivamente, os Ofícios TC/CCE n°s. 280/08 e 281/08 com o objetivo de solicitar informações a respeito do estágio de implementação das recomendações deliberadas pela Decisão T.C. N° 1143/07.

Em resposta, a Secretaria de Educação e Desporto de Olinda encaminhou o Ofício n° 776/08 – GAB/SEDO (fls. 59), datado de 29/08/2008, contendo o estágio de implementação de cada recomendação naquela ocasião.

Para dar continuidade ao ciclo de auditoria operacional, o TCE/PE formalizou o Processo TC n° 0902032-9 para realização do primeiro monitoramento.

1.2. Objetivos do monitoramento

O primeiro monitoramento visa avaliar e aferir o grau de implementação de todas as recomendações contidas na Decisão TC n° 1143/07 proferidas pelo Tribunal de Contas, bem como a situação dos achados de auditoria.

1.3. Procedimentos metodológicos

No presente trabalho, utilizou-se de: observação direta; solicitação e análise de documentos e relatórios; entrevistas semi-estruturadas em campo com gestores; e visitas a quatro escolas (Escola Prof. Hélio Maia, Escola Professora Joana Sena, Escola Dr. Manoel Borba e Escola Professora Norma Coelho – CAIC).



2. Contextualização da Educação de Jovens e Adultos de Olinda

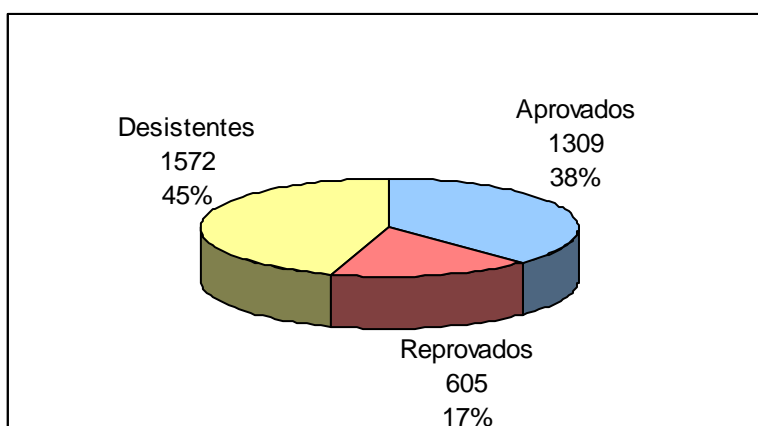
Observa-se que, desde a época da realização da auditoria operacional no Programa Educação de Jovens e Adultos – PEJA da Prefeitura Municipal de Olinda, ocorreram algumas mudanças. A mais notória delas foi o fato de a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos passar a ser contemplada no bojo dos recursos oriundos do FUNDEB, que redundou na extinção do PEJA, mas com a permanência das ações de Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de ensino.

Outra mudança ocorrida foi o fato de a Divisão de EJA encontrar-se, durante o período de realização do monitoramento, sem chefia e ter sofrido redução de **50%** em seu quadro de técnicos especializados, que eram quatro à época da auditoria e passaram a ser dois.

Foi desenvolvida uma nova Proposta Curricular e foi criado um Núcleo de Avaliação com o objetivo de avaliar o desempenho de alunos e propor intervenções pedagógicas.

A gestão da EJA, que apresentou durante a auditoria, em 2006, expressiva fragilidade quanto a informações sobre o desempenho de suas diversas ações, passou a dispor a partir desse ano de algumas informações importantes do exercício anterior, fornecidas no mês de julho do presente ano letivo, que são os números de alunos aprovados, reprovados, desistentes, transferidos e falecidos, a partir dos quais foram calculados os percentuais de aprovação, reprovação e desistência – **38%**, **17%** e **45%** respectivamente. Ressalta-se, no entanto, que para formação destes indicadores foi excluído o número de alunos transferidos e falecidos.

Gráfico 1 – Rendimento escolar da EJA em 2008



Fonte: Diretoria de Ensino - SEDO

É importante destacar, ainda, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou, em 2007, os resultados do levantamento suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD sobre educação profissional e aspectos complementares da educação de jovens e adultos². Esta pesquisa apontou que das pessoas com 15 anos ou mais

² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/suplementos/jovens/default.shtm>. Acesso em: 04/08/09.



de idade que não freqüentavam, mas freqüentaram anteriormente curso de educação de jovens e adultos, 42,7% não concluíram nenhum segmento do curso de educação de jovens e adultos que freqüentaram. Este indicador revela que a quantidade de alunos, no país, que abandonam a EJA ao longo do curso é muito significativa. Esta mesma situação se reflete no município de Olinda, que apresentou 45% como taxa de desistência dos alunos de EJA em 2008.

Segundo a supracitada pesquisa do IBGE, dentre os motivos levantados para a não conclusão do curso de educação de jovens e adultos apontados por aquelas pessoas que freqüentaram anteriormente, os principais foram: o horário das aulas não era compatível com o horário de trabalho ou de procurar trabalho; o horário das aulas não era compatível com o horário dos afazeres domésticos; tinha dificuldade de acompanhar o curso; não havia curso próximo à residência; não havia curso próximo ao local de trabalho; não teve interesse em fazer o curso; e não conseguiu vaga. Salienta-se que boa parte dos motivos revelados pela pesquisa foi considerada quando da elaboração das recomendações durante a auditoria em 2006, as quais terão sua implementação avaliada no presente monitoramento.

Além disso, a gestão passa a dispor de informações tempestivas quanto ao número de matriculados na EJA, que no presente ano letivo apresentou um total de **3.797** alunos (fls. 353-356), em seus diversos níveis.

Tabela 1 – Quantitativo de unidades de ensino da EJA de Olinda em 2009

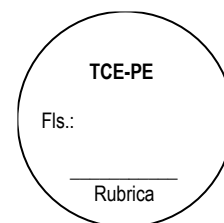
Unidades de ensino	Quantidade
Escolas	34
Anexos	5
Total	39

Fonte: Diretoria de Ensino - SEDO

Tabela 2 – Número de turmas e alunos da EJA de Olinda por nível em 2009

Níveis de EJA	Nº de turmas	Nº de alunos
Nível I	14	277
Nível II	34	908
Nível III	38	1107
Nível IV	26	976
Nível V	7	307
Telessalas	8	222
Total	127	3.797

Fonte: Diretoria de Ensino - SEDO



3. Informações Orçamentárias e Financeiras

O Departamento Financeiro da Secretaria de Educação não dispõe ainda de informações sobre execução orçamentária e financeira referentes às ações relacionadas com a Educação de Jovens e Adultos.

A Gerente Financeira reconhece a dificuldade para obtenção de tais informações que necessitam ser extraídas do conjunto de gastos dos diversos níveis e modalidades de ensino, realizados com recursos do FUNDEB, mas se predispõe a promover ações, a partir do presente monitoramento realizado por este Tribunal, que permitam a geração de informações específicas da EJA, beneficiando, assim, o gerenciamento de suas atividades.

Essa questão será tratada no item 4.5.2 deste relatório.



4. Análise dos Achados e suas Recomendações

Este capítulo divide-se por áreas temáticas abordadas pela auditoria operacional Processo TC N° 0602927-9, realizada em 2006, e agrupa os achados (situações encontradas na auditoria) e suas recomendações, associadas à área, avaliando o grau de implementação das recomendações proferidas pelo TCE/PE e a situação de cada achado.

As recomendações podem ser consideradas como: (1) recomendação implementada; (2) recomendação em fase inicial de implementação; (3) recomendação em fase avançada de implementação; (4) recomendação não implementada; e (5) recomendação não mais aplicável³. Além disso, apresentam-se considerações que correlacionam a implementação das recomendações com o achado que as gerou.

Outrossim, os achados podem ser considerados como: (1) achado sanado: aquele cuja situação-problema que o caracterizava foi solucionada; (2) achado atenuado: aquele cuja situação-problema que o caracterizava não foi totalmente solucionada; (3) achado não sanado, aquele cuja situação-problema que o caracterizava ainda persiste; (4) achado não mensurado: aquele cuja situação-problema que o caracterizava não pôde ser mensurada no monitoramento; e (5) achado não mais aplicável: aquele cuja situação-problema que o caracterizava deixou de existir por mudanças no contexto em que estava inserido.

4.1. Adequação dos controles para o gerenciamento da EJA

Em 2008, foi construída a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Olinda, com a participação de 460 professores em diversas reuniões, para definição dos componentes curriculares (língua portuguesa, matemática, artes, ensino religioso, etc.) e das competências esperadas para cada ano dos níveis de escolaridade (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos).

Em 2009, foi criado, no âmbito da Diretoria de Ensino da Secretaria de Educação de Olinda, o Núcleo de Avaliação de Rede com o objetivo de acompanhar o desempenho dos alunos, através de avaliações internas e externas, e de propor intervenções pedagógicas que contribuam com o alcance das competências e habilidades previstas para cada ano de escolaridade na Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino.

4.1.1. Informações sobre o desempenho dos alunos

Achado: a gestão do Programa não dispõe de informações tempestivas acerca do desempenho dos alunos.

Recomendação: promover avaliação uniforme e sistemática, ainda que amostral, dos alunos ao final do ano para aferir seu desempenho.

³ Recomendação não implementada devido à mudança do contexto organizacional ou do programa avaliado, sendo desnecessária sua implementação.



Em novembro de 2007, a Secretaria de Educação e Desporto de Olinda – SEDO afirmou, no Plano de Ação, que ampliaria o processo de avaliação dos alunos dos níveis II e III, por amostragem (RPA e Escola), para diagnosticar e acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem.

Em agosto de 2008, a SEDO respondeu ao ofício emitido por este Tribunal, onde comunicou que o primeiro diagnóstico havia sido realizado naquele mesmo mês.

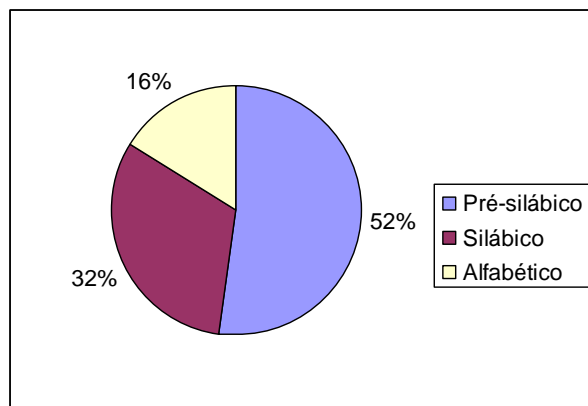
Durante entrevista realizada neste monitoramento, a equipe gestora da Diretoria de Ensino afirmou que foi criado o Núcleo de Avaliação da Rede, que nasceu com o propósito de realizar avaliações amostrais em três momentos durante o ano letivo: abril, agosto e novembro. Afirmou também que, em 2009, foi realizada uma dessas avaliações, no mês de abril, e que poderiam disponibilizar os resultados.

Dessa forma, foram solicitados os relatórios com resultados dos diagnósticos realizados em 2008 e 2009.

Em resposta à solicitação, a Diretoria de Ensino forneceu o resultado do diagnóstico concluído em setembro de 2008 em 19 das 31 escolas da rede (fls. 95). O relatório apresenta o quantitativo de alunos dos níveis I, II e III de EJA que se enquadram nas fases pré-silábica, silábica e alfabética. Quanto à avaliação realizada em 2009, a Diretoria apresentou os indicadores de desempenho e os instrumentos utilizados na avaliação de 2009, bem como o relatório parcial com os resultados colhidos até o dia 26/06/09 (fls. 97), pois informou que, devido ao movimento grevista que ocorreu no período de maio a junho, a aplicação do primeiro diagnóstico ficou prejudicada, estando algumas turmas ainda em fase de avaliação. Uma vez terminada essa avaliação, os resultados poderão ser utilizados como linha de base para posterior acompanhamento.

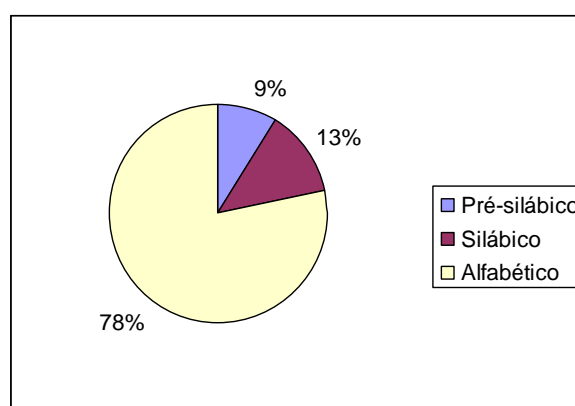
Os resultados parciais referentes ao desempenho dos alunos em 2009 consideram a avaliação aplicada a 210 estudantes do nível I, que corresponde a 75,8% do total de alunos matriculados no nível I, e 326 estudantes do nível III, que representa 29,4% do total de alunos matriculados no nível III, e são os que se seguem:

Gráfico 2 – Nível de escrita do Nível I - 1º diagnóstico de 2009

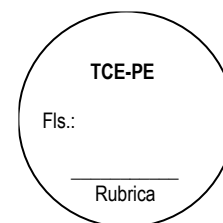


Fonte: Diretoria de Ensino – SEDO

Gráfico 3 – Nível de escrita do Nível III - 1º diagnóstico de 2009



Fonte: Diretoria de Ensino – SEDO



Considerando-se que a gestão promoveu uma avaliação amostral do desempenho dos alunos em 2008 e 2009, sugere-se o acompanhamento da realização destas avaliações nos próximos monitoramentos com vistas a verificar a uniformidade e sistematização das mesmas. Diante do exposto, pode-se afirmar que a recomendação encontra-se em ***fase avançada de implementação***.

Recomendação: sistematizar uma proposta que defina as competências necessárias para o ingresso em cada nível de EJA.

A gestão da SEDO afirmou, no Plano de Ação, que a Proposta Político-Pedagógica – PPP da Rede Municipal de Ensino, incluindo todos os níveis e modalidades de ensino, estava em processo de sistematização, onde haveria definição das competências de ingresso e de término (esperadas) para cada ano de escolaridade.

Em resposta ao ofício emitido pelo TCE-PE, informou que a previsão de conclusão dos trabalhos seria outubro de 2008.

A equipe gestora da Diretoria de Ensino, durante a entrevista realizada neste monitoramento, retificou as informações contidas no Plano de Ação e na resposta ao ofício do TCE-PE, informando que as competências necessárias para ingresso em cada nível de EJA foram definidas na Proposta Curricular da rede, e não na Proposta Político-Pedagógica. A Proposta Curricular foi elaborada por 460 professores e concluída em novembro de 2008, faltando apenas sua publicação.

Dessa forma, atendendo à solicitação desta equipe de auditoria, foi fornecido, em meio eletrônico, cópia da Proposta Curricular que, de fato, passou a definir as supracitadas competências.

Diante do exposto, pode-se concluir que a recomendação foi ***implementada***.

Recomendação: padronizar a avaliação dos alunos que ingressam na EJA a fim de verificar a turma correspondente ao seu nível de conhecimento.

A gestão da SEDO informou, no Plano de Ação, que até a conclusão da PPP a avaliação para ingresso e localização dos alunos por nível seria realizada nas escolas sob supervisão/orientação da Divisão de Educação de Jovens e Adultos, seguindo parâmetros definidos na Proposta Curricular do MEC.

Em 2008, respondendo ao ofício deste Tribunal, ratificou a informação contida no Plano de Ação de que a avaliação para ingresso e localização de alunos por nível continuava a ser realizada nas escolas, sob a supervisão/orientação da Divisão de EJA.

A equipe gestora da Diretoria de Ensino, durante a entrevista realizada neste monitoramento, informou que elaborou em 2008, juntamente com os coordenadores, um documento que define as competências necessárias para ingressar em cada nível de EJA – “Indicadores para Ingresso nos Níveis de EJA”. Afirmou, entretanto, que algumas escolas não adotaram este padrão, visto que parte dos professores e coordenadores pedagógicos não concordam com as respectivas competências definidas, havendo ainda alguma divergência. Sendo assim, a gestão não deixou claro que as escolas haviam adotado uma avaliação padronizada.



Foi solicitado o documento que define as competências, denominado “Indicadores para Ingresso nos Níveis de EJA” (fls. 104). Após análise, verificou-se que este documento não atende à recomendação em tela, uma vez que a mesma propõe uma padronização da avaliação a ser aplicada aos alunos, isto é, do processo avaliativo e não a definição das competências em si. Esta ação complementa o cumprimento da recomendação anterior.

Além da análise documental e da entrevista, foram realizadas visitas em três escolas com o intuito de testar o cumprimento da recomendação diretamente nas unidades de ensino. Foram solicitadas, então, as avaliações aplicadas em 2009 em cada um das escolas. Como resultado, observou-se que cada escola adota um processo avaliativo próprio. Não há um padrão de avaliação definido pela gestão que subsidie as observações realizadas pelos professores.

Verificou-se uma boa prática na Escola Prof. Hélio Maia que adotou, a partir deste ano, uma ficha avaliativa para definição do nível em que o aluno deverá ingressar que está sendo utilizada por todos os professores da escola (fls. 106). A coordenadora pedagógica ressaltou que a ficha avaliativa ainda se encontra em fase de teste.

Diante do exposto, pode-se concluir que a recomendação *não foi implementada*.

Recomendação: criar mecanismo que permita a obtenção periódica dos dados sobre o desempenho dos alunos contidos nos diários de classe.

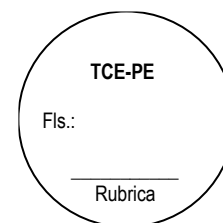
Segundo o Plano de Ação, a gestão asseverou que estava intensificando o acompanhamento do cotidiano escolar contido no diário (aprendizagens em cada componente curricular), através dos coordenadores pedagógicos, que apresentariam os resultados e sugestões para superação das dificuldades encontradas (ver Anexo 1 do Plano de Ação – “Ficha de Acompanhamento das Aprendizagens dos/as Educando/as”) nas reuniões mensais com a Divisão de EJA.

Em resposta ao pedido de informações sobre o estágio de implementação das recomendações, em 2008, a gestão informou que estavam ocorrendo reuniões mensais com os coordenadores pedagógicos e a equipe técnica, fazendo o levantamento e discutindo soluções.

Em entrevista realizada com a equipe gestora neste monitoramento, a gestão confirmou o mecanismo previsto no Plano de Ação, afirmando que a “Ficha de Acompanhamento das Aprendizagens dos/as Educando/as” (fls. 55) foi encaminhada para os coordenadores a fim de que fossem repassadas a cada professor, os quais preencheriam com as informações do diário de classe. Estas fichas deveriam retornar preenchidas para a Diretoria. Entretanto, este mecanismo não vem funcionando. Uma das observações feitas pela assessora da Diretoria foi que as fichas criadas são inviáveis de serem preenchidas, pois, como exigem as informações por aluno, correspondem tão somente a uma cópia dos diários de classe.

O teste aplicado em três escolas da EJA confirmou que as mesmas não vêm procedendo ao preenchimento das referidas fichas.

Sendo assim, considerando que Divisão de EJA elaborou um formulário para obtenção dos dados sobre o desempenho dos alunos contidos nos diários de classe, mas que tal mecanismo ainda não está em funcionamento, havendo, inclusive, questionamentos sobre a



viabilidade de cumprimento deste mecanismo pelas escolas, considera-se que a recomendação encontra-se em **fase inicial de implementação**.

Recomendação: criar mecanismo para obtenção das informações sobre o rendimento dos alunos disponíveis no DARE, ao longo do período letivo em curso.

No Plano de Ação, a Divisão de EJA afirmou que a situação de aprovação e reprovação apenas era configurada ao final de um ano letivo; portanto, estes dados não poderiam ser disponibilizados durante o período letivo em curso. Quanto aos desistentes, informou haver intensificado o trabalho de acompanhamento ao longo do ano, contando com os coordenadores pedagógicos e diretores das escolas, junto à equipe da Divisão de EJA, para sanar as possíveis causas das desistências. O trabalho deveria ser implantado desde o início do período letivo através do preenchimento do “Controle de Frequência Escolar da Turma”.

Em agosto de 2008, respondendo ao ofício encaminhado pelo TCE-PE, foi informado que os dados de 2007, referentes à aprovação, reprovação, desistência, já haviam sido disponibilizados com a realização das reuniões mensais com os coordenadores.

Em 2009, a Divisão de EJA apenas recebeu do DARE as informações sobre o rendimento dos alunos referentes ao ano de 2008 durante a realização deste monitoramento. Segundo a gestão, considerando as limitações das escolas e do DARE, seria razoável que estas informações estivessem disponíveis para a Divisão de EJA até o mês de junho do ano letivo seguinte. Quanto aos desistentes, a gestão criou o “Controle de Frequência Escolar da Turma”, o qual deveria ser preenchido pelo professor apontando os motivos do afastamento do aluno e a sugestão de intervenção. Entretanto, a gestão não tem recebido as informações geradas por este controle e, nem mesmo, sabe se os professores estão utilizando.

Foi solicitado o relatório com os dados de rendimento de 2008, bem como os dados de desistentes e transferidos recebidos ao longo do ano de 2009.

Em resposta, a Diretoria de Ensino, a qual a Divisão de EJA está subordinada, forneceu relatório com os dados gerais e por escola da quantidade de aprovados, reprovados, transferidos e desistentes de cada nível de EJA separadamente, inclusive das telessalas, referentes ao ano de 2008 (fls. 108), e apresentou justificativa quanto aos dados de desistentes e transferidos em 2009, informando que estes dados só são gerados ao final do ano letivo, pois, sob o ponto de vista legal, o estudante tem direito a sua vaga durante todo o ano.

Desta forma, pode-se considerar que a recomendação encontra-se em **fase avançada de implementação**, devendo ser acompanhada nos próximos monitoramentos com o fim de verificar se o mecanismo criado permanece sendo cumprido nos próximos anos.

Recomendação: criar mecanismo para obtenção, nas escolas, das informações sobre rendimento dos alunos (observação da quantidade de aprovados, reprovados, transferidos e desistentes), disponibilizando-o ao longo do período letivo em curso.

O DARE, departamento responsável pelo cumprimento desta recomendação, informou, no Plano de Ação, que o mecanismo utilizado seria o levantamento de dados a partir de atas enviadas pelas escolas no primeiro trimestre do ano seguinte. Quanto aos transferidos e desistentes, seria intensificado tal levantamento a fim de que o mesmo passasse a ocorrer com maior brevidade do que era realizado naquele momento.



Em 2008, na resposta ao pedido de informações sobre o cumprimento das recomendações, o DARE afirmou já estarem disponíveis para consulta as atas enviadas pelas escolas referentes ao ano de 2007.

Em entrevista realizada com a gestão da EJA e a chefe do DARE, constatou-se que, em conformidade com o exposto no Plano de Ação, o DARE tem recebido das escolas as informações sobre o rendimento dos alunos no primeiro trimestre do ano seguinte. Em janeiro, o DARE encaminha às escolas atas para preenchimento das informações de aprovação, reprovação, desistência e transferência. Entretanto, tendo em vista que estas atas são preenchidas manualmente e considerando que, neste período, as escolas estão muito envolvidas com as matrículas dos alunos, o DARE só consegue receber todas as atas no mês de março. Conseqüentemente, este Departamento não tem conseguido enviar tais dados para a Divisão de EJA no início do ano letivo seguinte. A gestão também informou que mesmo os dados de desistentes e transferidos só são encaminhados pelas escolas para o DARE após conclusão do período letivo.

Considerando que foi criado o mecanismo de obtenção, nas escolas, das informações sobre rendimento dos alunos, mas que, conforme exposto na recomendação anterior, o DARE só disponibilizou tais informações durante a realização deste monitoramento, a recomendação deverá ser acompanhada nos próximos monitoramentos. Portanto, a recomendação encontra-se em *fase avançada de implementação*.

Recomendação: garantir que todos os professores preencham o diário de classe no que toca ao desempenho dos alunos.

No Plano de Ação, a Diretoria de Ensino afirmou que a importância do registro das aprendizagens dos educandos nos diários de classe estava prevista como tema da formação continuada dos professores.

Em resposta ao ofício encaminhado por esta Corte de Contas em 2008, a Direção ressalta as reuniões mensais realizadas com os coordenadores e informa que o acompanhamento é feito pelo DARE.

Na entrevista realizada com a equipe gestora durante este monitoramento, foi informada a existência de uma Divisão de Inspeção, ligada ao DARE, que é responsável por verificar periodicamente o preenchimento dos diários de classe. Quando esta Divisão constata o descumprimento do preenchimento, comunica ao diretor ou coordenador e se estes não conseguirem solucionar o problema, os mesmos comunicam à Diretoria de Ensino. Foi afirmado, ainda, que a equipe pedagógica e o coordenador também acompanham o preenchimento dos diários.

Foram visitadas três escolas com o fim de verificar *in loco* se os diários de classe de 2008 e 2009, no que toca ao desempenho dos alunos, estavam sendo preenchidos por todos os professores.



Procedida à análise, constatou-se que os diários de classe de 2008 haviam sido preenchidos por todos os professores de EJA. Já os diários de classe de 2009, em duas escolas visitadas, não estavam com todas as avaliações de desempenho inicial dos alunos preenchidas pelos professores. A justificativa apresentada pelas escolas foi que, embora as aulas tenham começado em fevereiro/09, os diários de classe apenas foram entregues em abril/09 e no mês



seguinte se iniciou a greve dos professores que se estendeu até junho/09, prejudicando, desta forma, o preenchimento tempestivo das informações de desempenho de todos os alunos.

Figura 3 – Distribuição dos diários de classe às escolas em 2009

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	14 dias	20 dias									

 Dias letivos sem o diário de classe
 Entrega dos diários de classe

Fonte: entrevistas realizadas com diretores e coordenadores pedagógicos das escolas visitadas

Conclui-se, portanto, que a recomendação encontra-se em *fase inicial de implementação*.

Considerações sobre o achado

No momento da realização da auditoria, foi verificado que a gestão do Programa não dispunha de informações tempestivas acerca do desempenho dos alunos. Embora a gestão de EJA ainda não esteja recebendo os dados sobre o desempenho dos alunos contidos nos diários de classe, neste ano foi implementado um mecanismo que permite a obtenção das informações sobre o rendimento dos alunos (aprovação, reprovação, desistência e transferência). Esta medida representa um avanço em termos de gestão para um melhor acompanhamento do resultado final dos alunos de EJA. Pode-se afirmar, portanto, que o achado foi *atenuado*.

4.1.2. Procedimentos para contatar alunos que faltam

Achado: inexistência de procedimento padronizado para contatar alunos que faltam ou abandonam a EJA.

Recomendação: realizar discussão com os diretores das escolas que possuem turmas de EJA, elaborando mecanismo para contatar os alunos faltosos ou evadidos, a fim de trazê-los de volta à sala de aula.

No Plano de Ação, a equipe gestora propôs intensificar o acompanhamento da frequência escolar nas reuniões mensais com os diretores de todas as escolas, adotando o encaminhamento de carta à residência, telefonemas e busca de informações no entorno da moradia, como forma de contatar os faltosos, conforme Anexo 2 – “Controle de Frequência Escolar da Turma”.

Em 2008, em resposta ao ofício deste Tribunal de Contas, a equipe gestora afirmou que recomendaria, nas reuniões mensais com diretores, a intensificação do acompanhamento da frequência dos alunos, buscando possíveis soluções.



Em consonância com a resposta do ofício, na entrevista realizada neste monitoramento, a gestão afirmou que foram realizadas reuniões com os diretores, nas quais foi discutido e estabelecido que o mecanismo para contatar alunos faltosos seria o envio de cartas e realização de telefonemas. Também informou que o “Controle de Frequência Escolar da Turma” (fls. 56) deveria ser preenchido pelo professor apontando os motivos do afastamento do aluno e a sugestão de intervenção. Entretanto, a gestão não tem recebido as informações geradas por este controle e, nem mesmo, sabe se os professores estão utilizando.

Com o fim de verificar se as escolas haviam adotado o mecanismo proposto pela Divisão de EJA, foram realizadas visitas em três escolas. Como resultado, observou-se que, em nenhuma delas, o “Controle de Frequência Escolar da Turma” estava sendo preenchido, embora haja controle de frequência nos diários de classe. Com relação à adoção de medidas de intervenção, como envio de cartas e telefonemas, foi apontada a dificuldade de localizar os alunos devido a mudanças frequentes de endereço e telefone.

Ressalta-se a importância do preenchimento deste controle, bem como a adoção de medidas de intervenção, tendo em vista o elevado percentual de desistência dos alunos de EJA em 2008 que, conforme tabela de Movimento e Rendimento de 2008 (fls. 108), chegou a 45% dos alunos matriculados.

Foram solicitadas as atas das reuniões dos diretores citadas no Plano de Ação e na resposta ao ofício do TCE-PE. Entretanto, a Diretoria informou que embora tenha sido ponto de pauta em diversas reuniões com diretores das escolas e coordenadores pedagógicos, a questão do acompanhamento à frequência dos estudantes, bem como ações que visam o retorno dos mesmos, até o presente momento, não eram registradas em atas. Informou, ainda, que acata a sugestão de proceder, de agora em diante, o registro em ata.

Considerando que a gestão de EJA não apresentou as atas das reuniões como comprovação da realização das discussões – embora tenha acatado a sugestão de proceder ao registro nas próximas reuniões –, e que o mecanismo criado para contatar os alunos faltosos ou evadidos ainda não foi adotado pelas escolas, conclui-se que a recomendação encontra-se em *fase inicial de implementação*.

Recomendação: garantir que os dados para contato com o aluno (endereço e telefones) sejam preenchidos na ficha de matrícula.

O Plano de Ação apresentado pela SEDO propôs realizar trabalho junto às secretarias das escolas para que nenhum dado fosse omitido, inclusive com atualização trimestral da ficha de matrícula, a partir de janeiro de 2008.

A resposta ao pedido de informações sobre o cumprimento da recomendação ratificou as informações do Plano de Ação.

Por meio de entrevista realizada neste monitoramento, a gestão afirmou que os dados dos alunos são preenchidos no ato da matrícula e encaminhados pelas escolas ao DARE, que possui um banco de dados com as informações de todos os alunos.

Uma vez que o DARE ainda não possuía os dados cadastrais atualizados dos alunos referentes à matrícula de 2009, procedeu-se à análise das fichas de matrícula de EJA de três escolas, com o fim de verificar se ao menos o campo de endereço havia sido preenchido.



Como resultado, observou-se que das 233 fichas de matrículas testadas, 12 apresentavam o campo de endereço em branco.

É importante ressaltar que a escola Prof. Hélio Maia possuía todas as fichas de matrículas com o endereço do aluno preenchido devido à adoção, por iniciativa da própria escola, de exigir a apresentação de comprovante de residência no ato da matrícula.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a recomendação se encontra em *fase avançada de implementação*.

Considerações sobre o achado

Verificou-se que a situação encontrada à época da auditoria permanece a mesma, tendo em vista que, embora a gestão tenha mencionado que a forma para contatar os alunos faltosos ou evadidos seria a realização de telefonemas e o envio de cartas, não se observou indícios de que as escolas adotaram tal mecanismo.

Considerando que permanece a inexistência de procedimento padronizado para contatar alunos que faltam ou abandonam a EJA, pode-se concluir que o achado *não foi sanado*.

Cabe destacar que a Escola Prof. Hélio Maia realizou um evento que teve como objetivo, entre outros, atrair os alunos que haviam abandonado a EJA. Este evento foi considerado como uma boa prática que deve ser divulgada e replicada pela gestão entre as escolas.

Intitulado como o “Dia do Visitante na Escola”, o evento foi uma iniciativa dos próprios estudantes de EJA, os quais elaboraram os convites a serem distribuídos na comunidade entre vizinhos que nunca haviam estudado ou que tinham abandonado os estudos, inclusive aqueles que haviam desistido da EJA. Segundo a coordenadora, muitos estudantes relatavam que quando iam para escola os vizinhos os criticavam por estarem com idade avançada para estudar. Assim, acreditava-se que, convidando as pessoas para conhecer a escola e um pouco da realidade vivenciada, poderia contribuir para a comunidade mudar a idéia que tinha da escolarização de jovens e adultos.

Como resultado, a equipe pedagógica da escola percebeu que houve aumento no número de matrículas, bem como o retorno de alunos evadidos de EJA.

4.2. Adequação do material didático disponibilizado e da formação dos professores às necessidades da EJA

4.2.1. Disponibilização de livros e materiais didáticos

Achado: em 2006, a entrega de livros e outros materiais didáticos não ocorreu com tempestividade, nem uniformidade entre as escolas.



Recomendação: identificar e sanar as dificuldades enfrentadas pelo setor responsável pelas licitações da SEDO, de forma a não comprometer a distribuição de livros e materiais didáticos da EJA no início do ano letivo.

No Plano de Ação proposto, a Secretaria informou que iria intensificar a articulação entre a Diretoria de Ensino e a Diretoria Administrativa para que as providências fossem tomadas.

Como resposta ao pedido de informações sobre o cumprimento das recomendações encaminhado pelo TCE-PE, a Secretaria afirmou que os livros e material didáticos de 2008 haviam sido encaminhados para as escolas, não fazendo menção quanto à tempestividade na entrega destes materiais.

Em entrevista realizada com a equipe da Diretoria de Ensino, foi informado que os livros de 2009 já haviam sido encaminhados para os níveis I e II, mas que os livros correspondentes ao nível III ainda não tinham sido enviados para todas as escolas. Também foi mencionado que os processos licitatórios de livros e materiais didáticos referentes ao ano de 2009 ainda estavam em andamento.

Foi solicitado à Secretaria o documento de homologação das licitações de livros e materiais didáticos da EJA referentes ao ano de 2009. Em resposta a Secretaria confirma que o processo licitatório de material didático para alunos (TP n. 09/2009) ainda não foi concluído (fls. 111) e cita os protocolos de entrega dos livros didáticos enviados pela EJA (fls. 88, 126-166), que apenas ratificam a informação fornecida na entrevista realizada com a Diretoria de Ensino.

Pelo apresentado, observou-se que as dificuldades permanecem as mesmas da época da auditoria, causando atraso na entrega dos livros e materiais didáticos, do que se conclui que a recomendação *não foi implementada*.

Recomendação: definir os itens e quantitativos básicos de materiais didáticos, distribuindo-os às escolas no início do ano letivo.

O Plano de Ação informou que, em setembro de 2007, já havia sido realizado um levantamento que definiu os materiais didáticos para o ano letivo de 2008, estando apenas na dependência da realização de processo licitatório.

O ofício encaminhado pela SEDO em resposta a este Tribunal de Contas afirmou que os materiais didáticos já haviam sido entregues no ano letivo de 2008.

Em entrevista realizada neste monitoramento, a gestão comunicou que definiu os itens e quantitativos básicos de materiais didáticos por aluno e por turma para o ano letivo de 2009 (Planejamento das necessidades de materiais e equipamentos).

Foi solicitada, portanto, a referida lista, assim como também o protocolo de entrega de materiais didáticos de 2009.

Atendendo à solicitação, a Diretoria de Ensino forneceu uma lista contendo os itens e quantitativo básicos de materiais didáticos para 2009 (fls. 120). Entretanto, quanto ao protocolo de entrega dos mesmos, a gestão apresentou justificativa, informando que os materiais didáticos para todos os níveis e modalidades de ensino ainda não haviam sido entregues em 2009, estando a solicitação em processo licitatório (fls. 84).



Desta forma, uma vez que a Divisão de EJA definiu os itens e quantitativos básicos de materiais didáticos, mas não conseguiu distribuí-los às escolas no início do ano letivo, considera-se que a recomendação encontra-se em ***fase inicial de implementação***.

Recomendação: garantir que a distribuição de materiais didáticos seja realizada de forma a contemplar uniformemente todas as escolas.

No Plano de Ação, a gestão afirmou que o trabalho de acompanhamento à distribuição de materiais didáticos seria intensificado, com checagem mensal de entrada de alunos novos, para que todos fossem contemplados.

O ofício encaminhado pela SEDO, em resposta ao pedido de informação sobre o cumprimento da recomendação, informou que o acompanhamento vem sendo realizado de forma sistemática.

Conforme já mencionado na análise do cumprimento da recomendação anterior, em 2009, a Diretoria de Ensino informou não haver entregue os materiais didáticos, estando a solicitação em processo licitatório (fls. 84). Logo, pode-se afirmar que esta recomendação também ***não foi implementada***.

Recomendação: identificar as falhas no processo de distribuição, adotando as providências necessárias que garantam a distribuição de livros didáticos no início do ano letivo.

O Plano de Ação propôs que seria realizado levantamento das falhas do processo de distribuição, junto ao almoxarifado e à escola, de modo que os materiais, uma vez disponíveis, fossem entregues imediatamente aos beneficiários.

Em resposta ao ofício do TCE-PE, a gestão afirmou que as escolas estão sendo atendidas de acordo com a sua demanda.

No presente monitoramento, foi solicitado o protocolo de entrega da distribuição de livros didáticos. Analisados os protocolos (fls. 126-166), verificou-se que os livros apenas foram entregues às escolas em maio/09, aproximadamente três meses após o início do ano letivo. Questionada sobre o atraso na distribuição dos livros, a gestão da Diretoria de Ensino informou que ocorreram problemas administrativos com a antiga chefia da Divisão de EJA, mas que tal problema deverá ser regularizado nos próximos anos.

É importante ressaltar que dos 204 dias letivos previstos para 2009, os alunos de EJA assistiram 52 dias de aula sem os livros. Tal período corresponde a aproximadamente 25% dos dias letivos.

Figura 4 – Distribuição dos livros didáticos de classe às escolas em 2009

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	14 dias	20 dias	18 dias								

■ Dias letivos sem os livros



■ Entrega dos livros didáticos

Fonte: Diretoria de Ensino - SEDO

Portanto, pode-se considerar que a recomendação *não foi implementada*.

Recomendação: definir os responsáveis nas escolas pelo recebimento e posterior repasse dos livros e materiais didáticos para professores e alunos.

No Plano de Ação, a gestão informou que a direção das escolas já havia definido um responsável, o qual deveria assinar o protocolo de recebimento do material, repassando-o imediatamente aos professores e alunos, que deveriam assinar também ao protocolo.

No pedido de esclarecimento sobre o cumprimento da recomendação, a gestão ratificou a informação do plano de ação de que todo o material estava sendo entregue nas escolas e protocolado pelo responsável.

Já na entrevista realizada neste ano na ocasião do primeiro monitoramento, a gestão afirmou não ter definido formalmente um responsável pelo recebimento e distribuição dos livros e materiais didáticos em cada escola, pois mencionou que esta é uma responsabilidade da Direção da escola.

Foi solicitada, portanto, a norma que atribui ao diretor da escola a responsabilidade pelo recebimento e distribuição de livros. Em resposta, a gestão informou que não foi instituída norma, mas que houve orientação para que o funcionário da escola recebesse material e assinasse protocolo (fls. 85).

Sendo assim, percebeu-se que a Divisão de EJA não definiu explicitamente um responsável em cada escola pelo recebimento e posterior repasse dos livros e materiais didáticos para professores e alunos, permanecendo a recomendação *não implementada*.

Considerações sobre o achado

Diante de todo o exposto, observou-se que, em 2009, ainda não houve entrega dos materiais didáticos, encontrando-se, ainda, em fase de licitação. No que diz respeito aos livros didáticos, sua entrega nem foi feita com uniformidade, visto que nem todas as escolas foram contempladas, nem com tempestividade, já que os mesmos foram entregues após início do ano letivo, isto é, em maio/09.

Permanece, portanto, a situação encontrada em 2006 na auditoria, quando foi constatado que a entrega de livros e materiais didáticos não ocorria com tempestividade, nem uniformidade entre as escolas. Assim, pode-se afirmar que o achado *não foi sanado*.

4.2.2. Atendimento das necessidades de alunos e professores pelo livro didático

Achado: o livro adotado não atende às necessidades dos professores e alunos da EJA, segundo a percepção desses atores.



Recomendação: verificar a adequação dos livros às respectivas turmas/níveis de EJA, identificando as dificuldades enfrentadas por professores e alunos, adotando providências para saná-las.

No Plano de Ação, a gestão comunicou que estava programada formação específica para trabalhar os materiais, incluindo os livros.

Já na resposta ao pedido de esclarecimento, mediante ofício, a gestão informou que estavam sendo realizadas reuniões mensais com coordenadores pedagógicos e equipe técnica para identificar dificuldades e adotar providências.

Em entrevista realizada neste monitoramento, a gestão afirmou não ter feito a formação específica para trabalhar os materiais, conforme previsto no Plano de Ação, por ter sido constatado que não havia mais necessidade. Ratificou, entretanto, a resposta ao pedido de esclarecimento, informando que as discussões haviam sido efetuadas por meio de reuniões e que, a partir das sugestões de adequação, já havia sido tomada a providência para substituição dos livros adotados para o nível I.

Foram solicitadas, por conseguinte, as pautas das reuniões realizadas entre os coordenadores pedagógicos e a equipe técnica nas quais houve discussão sobre a adequação dos livros didáticos. Em resposta à solicitação, a gestão confirmou a realização das reuniões, mas afirmou que a discussão não aparecia como ponto de pauta específico (fls. 85).

Diante do exposto, a recomendação deve ser considerada em *fase inicial de implementação*, cabendo à gestão levantar e registrar as dificuldades enfrentadas não apenas pelos professores, mas também pelos alunos de todos os níveis de EJA.

Recomendação: realizar ações com o intuito de diagnosticar e tratar possíveis problemas na visão dos alunos da EJA, e viabilizar a aquisição de óculos de grau, mediante, por exemplo, parcerias com órgãos e entidades da área de Saúde nas esferas municipal, estadual e federal.

No Plano de Ação, a Prefeitura mencionou que articularia ações entre as Secretarias de Saúde, Políticas Sociais e Educação (municipais e estaduais) para diagnóstico, tratamento e viabilização de óculos. Além disso, colocou como ação o estabelecimento de convênio com o LAFEPE.

Posteriormente, em resposta ao ofício emitido pelo TCE-PE, foi mencionado que a Secretaria de Educação já havia se articulado junto às Secretarias de Saúde e Políticas Sociais, encaminhando relação de alunos com necessidades visuais. Na ocasião, afirmaram estar aguardando o início do atendimento.

Neste primeiro monitoramento, a Secretaria forneceu a relação dos alunos com necessidades visuais (fls. 169-208), bem como os ofícios de encaminhamento da EJA para a Diretoria de Ensino e da SEDO para a Secretaria Estadual de Saúde (fls. 168 e 209).

Considerando que foi realizado o levantamento dos alunos com necessidades visuais, que foram tomadas as primeiras medidas de articulação no cumprimento desta recomendação, mas que não ficou demonstrado o atendimento destes alunos nem o fornecimento de óculos de grau, pode-se afirmar que a recomendação encontra-se em *fase inicial de implementação*.



É importante que haja acompanhamento do atendimento oftalmológicos dos alunos, bem como do fornecimento de óculos para aqueles que apresentarem necessidades visuais. Salienta-se que, no próximo monitoramento, haverá verificação pela auditoria dos atendimentos realizados levando-se em consideração a relação de alunos encaminhada pela Divisão de EJA para a Diretoria de Ensino (CI nº 38/2008, fls. 168). Tal relação apontava 807 alunos de EJA que necessitavam de consulta oftalmológica, conforme tabela a seguir:

Tabela 3 – Número de alunos de EJA com necessidade de atendimento oftalmológico

Escola	Número de alunos
Escola Vereador José Mendes	32
Escola Maria da Glória	46
Escola São Francisco	8
Escola Alberto Torres	6
Escola Cel. José Domingos	47
Escola Hélio Ferreira Maia	14
Escola Antônio Correia	19
Escola Monsenhor Fabrício	21
Escola Dr. José Mariano	23
Escola Alexandre Barbosa Lima	9
Escola CAIC	113
Escola Isaac Pereira	43
Escola Izaulina de Castro	35
Escola Claudino Leal	41
Escola Dr. Manoel Borba	45
Escola Alto do Sol Nascente	23
Escola Maria José dos Prazeres	37
Escola 12 de Março	20
Escola Alto da Macaíba	15
Escola Dona Brites de Albuquerque	33
Escola CEJA	9
Escola Pastor David	60
Escola Criança Feliz	10
Escola Rotary	14
Escola Pró-menor	9
Escola Santa Tereza	8
Escola Monte Castelo	30
Escola Joana Sena	9
Escola Dom Azeredo Coutinho	28
Total	807

Fonte: Secretaria de Educação de Olinda

Considerações sobre o achado

À época da auditoria, o grupo focal realizado com os alunos revelou que alguns deles se encontravam com dificuldade na utilização do livro didático. Da mesma forma, a pesquisa realizada com os professores apontou inadequações nos livros adotados para as turmas de EJA.



Neste monitoramento, não foi possível medir este achado, visto que seria necessário realizar um levantamento junto a professores e alunos para verificar se, segundo a percepção destes atores, houve melhorias nos livros didáticos adotados. Sugere-se que tal medição seja efetuada nos próximos monitoramentos.

Classifica-se, portanto, este achado como *não mensurado*.

4.2.3. Adequação das capacitações

Achado: as capacitações oferecidas não têm sido adequadas às necessidades dos professores.

Recomendação: utilizar resultado de pesquisa junto a professores e coordenadores pedagógicos no planejamento das capacitações no que se refere ao seu conteúdo e formato.

Segundo Relatório de Auditoria, o resultado da pesquisa apontou que 80,4% dos professores afirmaram que as capacitações não eram adequadas às suas necessidades ou que às vezes eram adequadas. Também revelou que os professores apresentam críticas como: repetição de conteúdos, poucas práticas, exposição fragmentada de temas, falta de sistematização, falta de planejamento e falta de consulta ao professor.

Em 2007, no Plano de Ação proposto, a Divisão de EJA afirmou que esse resultado já era considerado, mas que seria intensificado nos encontros com os educadores de EJA.

Em 2008, como resposta ao pedido de informações sobre o cumprimento da recomendação, a gestão de EJA afirmou que foi elaborado encontro com professores para apresentação de experiências exitosas, considerando o resultado da pesquisa.

Em entrevista realizada na ocasião da execução deste monitoramento, a equipe gestora afirmou que as formações realizadas em 2008 e 2009 já atenderam às questões levantadas pelos professores na pesquisa realizada pelo TCE-PE e forneceu a pauta e a frequência das capacitações específicas de EJA (fls. 210-249).

Embora as pautas evidenciem que o conteúdo das capacitações vem atendendo a algumas das críticas apresentadas pelos professores na pesquisa realizada, não se revelam suficientes para verificar se as capacitações vêm atendendo às necessidades dos professores. Portanto, considera-se que a recomendação encontra-se em *fase inicial de implementação*, cabendo à gestão apresentar, nos próximos monitoramentos, resultado de avaliações dos professores sobre a adequação das formações realizadas.

Recomendação: estruturar programa de formação continuada específica para EJA, com carga horária compatível com os conteúdos a serem trabalhados, adotando o horário mais adequado para a maioria dos professores.



No Plano de Ação a gestão afirmou que já estava programada formação específica para trabalhar com materiais didáticos, incluindo livros, mas não comentou sobre a estruturação de uma formação continuada.

Respondendo ao ofício do TCE-PE em 2008, acrescentou que em setembro daquele ano seria realizado encontro específico de professores da EJA, para troca de experiências, cuja realização foi confirmada durante a realização de entrevista com a gestão neste monitoramento.

Neste monitoramento, foram fornecidas a pauta e a frequência das capacitações específicas de EJA (fls. 210-249) que aconteceram ao longo do ano de 2008, informando que tais capacitações se caracterizavam como formação continuada específica para os professores da EJA.

A partir da análise da documentação fornecida, verificou-se que foram realizadas oito capacitações específicas de EJA ao longo do ano de 2008, totalizando 10 dias de formação. Em comparação com a situação encontrada quando da auditoria realizada em 2006, verificou-se um grande avanço na gestão de EJA quanto à realização das capacitações, tendo em vista que naquele ano apenas foram ministrados dois dias de formação específica para os professores de EJA.

Entretanto, a concepção de programa de formação continuada é ampla e contempla outros aspectos que não foram identificados nas capacitações realizadas. A exemplo de diagnosticar as necessidades dos docentes; definir as diretrizes, objetivos, prioridades e metas da Secretaria de Educação para a formação de EJA; definir da carga horária e a periodicidade mínima a ser cumprida a cada ano; definir os formatos das formações⁴; definir os meios de divulgação dos cursos; definir incentivos e condições oferecidas para o professor participar da formação; definir a avaliação dos cursos e acompanhar os resultados na melhoria da atuação pedagógica do professor, entre outros.

Desta forma, considera-se que a recomendação encontra-se em *fase avançada de implementação*.

Considerações sobre o achado

Em função do surgimento de intercorrências, como a greve dos professores, durante a realização deste monitoramento, não foi possível realizar entrevista diretamente com os professores para verificar se houve alguma adequação das capacitações oferecidas às suas necessidades.

A gestão informou que as capacitações estavam sendo avaliadas pelos professores. Entretanto, não foi possível localizar tais avaliações, tendo em vista que o setor responsável por arquivá-las foi extinto. Espera-se que, nos próximos monitoramentos, estas avaliações estejam devidamente arquivadas e disponíveis.

Diante do exposto, considerando que não foi possível medir o achado, pode-se classificá-lo como achado *não mensurado*.

⁴ São exemplos de formatos de formação: formação interinstitucional, formação em serviço elaborada e realizada na escola e formação promovida pela própria Divisão de EJA.



4.3. Fatores externos que interferem na escolarização de jovens e adultos da EJA

Afirmaram as gestoras da EJA, durante as entrevistas realizadas, que o problema de não cumprimento integral de carga horária não é privilégio da EJA de Olinda, tendo em vista que os fatores externos elencados durante a auditoria afetam também aos demais municípios, como tem sido compartilhado nos encontros nacionais de EJA.

Trabalham atualmente com a perspectiva de que todas as turmas de EJA cumpram os 200 dias letivos definidos em conformidade com a proposta curricular.

4.3.1. Cumprimento da carga horária

Achado: a carga horária não vem sendo cumprida integralmente nas turmas de EJA por conta de fatores externos ao programa.

Recomendação: realizar levantamento em parceria com os diretores das escolas para verificar qual a carga horária efetivamente cumprida por cada turma de EJA.

No Plano de Ação, a gestão da Divisão de EJA não se pronunciou especificamente sobre as ações a serem adotadas para realização do levantamento sugerido na recomendação. Limitou-se a informar que estava sendo elaborada nova matriz curricular para a rede municipal.

Em resposta ao pedido de informações sobre o estágio de implementação das recomendações em 2008, a equipe gestora de EJA comunicou que estava acompanhando e orientando quanto ao cumprimento da carga horária e exigindo que as escolas apresentassem calendário de reposição quando do não cumprimento.

Durante as entrevistas realizadas no presente monitoramento, as gestoras da EJA afirmaram ser impossível verificar permanentemente e em todas as turmas se a carga horária foi integralmente cumprida, podendo, porém, controlar os dias letivos efetivamente ofertados a cada turma de EJA, adotando um esquema de reposição de aulas, para aquelas turmas que não completaram os dias letivos, conforme definição na proposta curricular. Tal controle pode ser observado às fls. 250-253, referentes às Escolas Municipais: Joana Sena, Hélio Maia e Dr. Manoel Borba.

Dessa forma, pode-se afirmar que a recomendação foi *implementada* de forma alternativa.

Salienta-se a importância de que nos próximos monitoramentos seja verificado o cumprimento da reposição das aulas junto aos alunos de EJA.

Recomendação: medir e comparar o desempenho dos alunos, de acordo com avaliação padronizada a ser instituída, das turmas que recebem e das que não recebem aulas dentro da carga horária prevista.



A gestão afirmou, em seu Plano de Ação, que com a nova matriz curricular não haveria diferença de carga horária e que estava aplicando diagnóstico de aprendizagens dos estudantes, para adotar posteriormente plano de intervenção.

Porém, conforme descrito na recomendação anterior a gestão decidiu acompanhar os dias letivos, justificando a impossibilidade de acompanhar o cumprimento da carga horária. Tendo em vista que o levantamento da carga horária cumprida em cada turma não foi realizado, também não foi possível fazer a comparação entre as turmas que cumprem e não cumprem a carga horária.

Considerando, ainda, que a gestão classifica como inviável a realização de tal levantamento, pode-se considerar essa recomendação como ***não mais aplicável***.

Recomendação: realizar discussão com professores e diretores, definindo alternativa para garantir a disponibilização do conteúdo mínimo necessário para o desenvolvimento das competências dos alunos de EJA em consonância com a proposta pedagógica adotada e diante das possibilidades reais de cumprimento de carga horária.

A gestão informou, no seu Plano de Ação, que os educadores de EJA participariam da sistematização da Proposta Político-Pedagógica e da matriz curricular, onde seria contemplada essa discussão.

Em resposta ao ofício emitido por este Tribunal, reforçou que os conteúdos necessários, para cada nível, seguiam a orientação do MEC e foram disponibilizados para todas as escolas.

Durante as entrevistas realizadas neste monitoramento, a gestão afirmou que, na verdade, a proposta curricular foi o documento que contemplou entre outras questões, o conteúdo mínimo necessário citado na presente recomendação, que foi definido a partir de ampla participação do professorado da Rede de Ensino Municipal.

Foi solicitada então a Proposta Curricular e as respectivas atas de presença aos encontros que garantiram sua elaboração e aprovação.

As atas foram devidamente enviadas e se pôde comprovar que, de fato, houve presença expressiva dos professores e diretores na elaboração desse documento, conforme CIs da Diretoria de Ensino (fls. 254-260).

Dessa forma, pode-se afirmar que essa recomendação foi ***implementada***.

Considerações sobre o achado

Vale a pena salientar, que o presente achado se apresenta como impossível de ser sanado, tendo em vista que os fatores externos escapam ao controle da gestão da EJA. Não se pode aferir também o quanto cada um dos fatores externos interfere na escolarização dos alunos de EJA.

No entanto, e considerando que houve avanços no controle dos dias letivos ofertados, implicando reposição de aulas, quando identificada a insuficiência, bem como, a revisão do conteúdo mínimo a ser ofertado, considerando a realidade municipal, pode-se afirmar que esse achado foi ***atenuado***.



4.3.2. Articulação da gestão da EJA com outros órgãos e programas municipais

Achado: a gestão do Programa não adota ações articuladas com outros órgãos e Programas do Município para fazer face aos fatores externos que prejudicam a escolarização dos alunos de EJA.

Recomendação: promover discussão com as Secretarias do Governo Municipal no que diz respeito à integração de suas políticas no sentido de minimizar os efeitos externos ao programa que prejudicam a escolarização de jovens e adultos.

A gestão afirmou em seu Plano de Ação que o Plano de Ações Estratégicas do município – PAE prevê ações articuladas entre as secretarias municipais e que as questões de falta de segurança no entorno das escolas, transporte escasso após as 21h e falta de escolas municipais em algumas áreas seriam pautadas nas reuniões do secretariado.

Em resposta ao ofício deste Tribunal, a gestão informou que a Secretaria de Planejamento – SEPLAMA do município havia recebido as reivindicações da SEDO e apresentado um plano de revitalização e reorganização do transporte em Olinda, que já estava em fase de implantação. Quanto aos problemas com violência, ressaltou a parceria realizada com a Guarda Municipal para realização de rondas sistemáticas nas áreas mais vulneráveis nos horários de chegada e saída dos professores e alunos.

Dessa forma, a equipe de auditoria solicitou o PAE, o plano de revitalização do transporte em Olinda e o documento que formalizou a parceria com a guarda municipal.

Em resposta a essa solicitação, a gestão forneceu o PAE e em vez de fornecer o plano de revitalização, forneceu material informativo sobre ações da Secretaria de Transporte e por fim informou que, na verdade, não aconteceu a formalização da parceria entre a SEDO e a Guarda Municipal, uma vez que essa última é parte integrante da estrutura do governo municipal; mas que houve uma série de ações conjuntas entre esses órgãos em resposta às demandas das escolas, conforme se pode observar nos ofícios de solicitações, fls. (305-324).

Considerando especialmente a análise do conteúdo do PAE, observa-se que a gestão promoveu discussão que redundou no que foi denominado de “interfaces” entre as diversas secretarias municipais, conforme fls. (261-281). Dessa forma, pode-se afirmar que a recomendação foi *implementada*.

Recomendação: elaborar Plano de Ação Integrada para fazer face às dificuldades externas enfrentadas pelos alunos de EJA com vistas a estimular sua permanência e bom aproveitamento, ou estender as ações previstas na “Brigada Paulo Freire” aos alunos de EJA.

A gestão mencionou no Plano de Ação que o supracitado Plano de Ação Integrada seria elaborado a partir das reuniões do secretariado municipal, dentro do PAE. Em resposta ao Ofício encaminhado pelo TCE-PE, o gabinete da Prefeitura informou que o programa do governo municipal foi orientado por estratégias que promoveram a integração das várias secretarias, em vários momentos, dentre eles: Inclusão Social e Atenção Especial à Criança e ao Idoso, eixo no qual estão incluídas as ações voltadas à EJA.



Dessa forma, a equipe de auditoria solicitou o Plano de Ação Integrada e a gestão respondeu que havia decidido estender as ações da “Brigada Paulo Freire” aos alunos de EJA, apresentando relatórios das reuniões realizadas que demonstram as ações previstas na Brigada referentes à Educação de Jovens e Adultos (fls. 283-304). Reconheceu, entretanto, que devido a dificuldades junto ao MEC tais ações estavam suspensas.

Assim, pode-se considerar que essa recomendação encontra-se em *fase inicial de implementação*.

Recomendação: promover discussão com os órgãos e gestores de programas da Secretaria, adotando alternativas de integração, no sentido de minimizar os efeitos externos ao programa que prejudicam a escolarização de jovens e adultos.

A gestão mencionou em seu Plano de Ação que havia criado em 2006 a Brigada Paulo Freire e que esta ação estava sendo retomada com o reinício do Programa Brasil Alfabetizado.

Em resposta ao Ofício, a gestão informou que, em 2008, a retomada da Brigada Paulo Freire foi prejudicada pela falta de recursos oriundos do MEC. Informou também que foi realizado um encontro com o Secretário da SEPLAMA do município a fim de entregar as reivindicações da SEDO. Neste encontro, o secretário apresentou um plano de revitalização e reorganização do transporte em Olinda. Quanto à questão da violência, a gestão afirmou ter realizado parceria com a Guarda Municipal para que a mesma realizasse rondas sistemáticas nas áreas mais vulneráveis nos horários de chegada e saída de professores e alunos.

As gestoras da Diretoria de Ensino informaram que havia sido tomada uma decisão interna de que a melhor maneira de se realizar a integração para minimizar os efeitos externos que afetam a escolarização de jovens e adultos seria através da intensificação das ações da “Brigada Paulo Freire”.

Os documentos enviados pela Secretaria demonstram as articulações realizadas entre a SEDO, demais Secretarias e órgãos municipais e estaduais, fls. (283-333).

Não obstante o fato da atual suspensão das ações da “Brigada Paulo Freire”, pode-se afirmar que a recomendação foi *implementada*, cabendo a verificação nos próximos monitoramentos quanto à retomada das referidas ações.

Considerações sobre o achado

A análise preliminar com relação a esse achado indica que está havendo um esforço por parte da gestão em articular ações de diversos órgãos para minimizar os efeitos externos, apontados no relatório de auditoria, que interferem na escolarização de jovens e adultos.

Dessa forma, pode-se afirmar que o presente achado foi *atenuado*, cabendo verificações posteriores a fim de concluir sobre as conseqüências desta articulação, junto a professores e alunos de EJA.

Cabe ressaltar a importância destas ações tendo em vista o elevado percentual de abandono dos alunos de EJA, conforme pôde ser observado na tabela de Movimento e



Rendimento de 2008 (fls. 108), que apontou que 45% dos alunos matriculados⁵ na EJA desistiram ao longo do ano.

4.4. Acesso e permanência na EJA

Observou-se que a gestão vem adotando medidas no sentido de facilitar o acesso e de promover a permanência do aluno na EJA, tendo em vista que foram ofertadas turmas em horário alternativo, foram criados espaços para divulgação de experiências exitosas e ainda foram criadas diversas turmas nos níveis IV e V, aumentando as oportunidades para os alunos que terminam o nível III, antes restritas a duas escolas e a 16 turmas na modalidade de telessala.

4.4.1. Acesso do público-alvo à EJA

Achado: público-alvo tem dificuldade de acesso à EJA.

Recomendação: levantar a capacidade operacional do programa e das escolas, e em havendo possibilidade de oferta de novas turmas de EJA no turno diurno, avaliar a existência de demanda, e sendo esta constatada, criar turmas em caráter experimental.

No seu Plano de Ação, a gestão afirmou que estava sendo levantada a existência de demanda por turmas diurnas de EJA e que estava prevista, para 2008, a criação destas turmas. Em resposta ao ofício deste Tribunal, a Diretoria de Ensino informou que o levantamento continuava sendo realizado e que já haviam sido criadas as turmas de EJA no horário diurno.

Solicitada a relação das escolas e dos alunos atendidos no turno diurno, observou-se que foram criadas duas turmas, ambas oferecidas na Escola Professora Norma Coelho – CAIC (fls. 334-335).

A equipe de auditoria visitou a referida escola de posse da relação de alunos e comprovou nas fichas de matrícula a existência de 30 (trinta) alunos matriculados no nível III e 16 (dezesesseis) no nível I, embora não tenha sido possível realizar observação direta dos alunos em sala de aula, devido ao período de recesso.

Tabela 4 – Turmas diurnas de EJA em 2009

Escola	Turma	Nº de alunos
Escola Prof. ^a Norma Coelho – CAIC	Nível III	30
Escola Prof. ^a Norma Coelho – CAIC	Nível I	16

Fonte: Escola Professora Norma Coelho – CAIC

A gestão da EJA afirmou que não foram ofertadas mais turmas porque não houve demanda, informação que foi corroborada pelas secretárias do CAIC, que informaram que

⁵ Exclui-se deste valor os alunos transferidos e falecidos.



todos aqueles que buscaram na escola estudo no turno da manhã foram atendidos, sem exceção.

A gestão afirmou, ainda, que está preparada para abrir mais turmas no turno da manhã se houver aumento da demanda.

Diante do exposto, e considerando que à época da auditoria não havia nenhuma turma ofertada no turno da manhã, pode-se afirmar que a recomendação foi **implementada**.

É importante que seja acompanhada a evolução da criação de novas turmas nos próximos monitoramentos.

Considerações sobre o achado

Foi solicitado à gestão da EJA que fornecesse o quantitativo de alunos matriculados dos anos letivos de 2006 a 2009, mas só puderam fornecer os dados de 2008 e 2009, que demonstram o seguinte quadro, que servirá de linha de base para acompanhamento da evolução da oferta de EJA nos próximos monitoramentos:

Tabela 5 – Quantitativo de alunos matriculados nos diversos níveis de EJA em 2008 e 2009

Nível	Quantidade de matriculados	
	2008	2009
1	476	277
2	759	908
3	1240	1107
4	439	976
5	221	307
Telessalas	351	222
Total	3.486	3.797

Fonte: Diretoria de Ensino - SEDO

O fato de a gestão estar ofertando turmas no turno diurno permite afirmar que o achado foi **atenuado**, porém é importante frisar que esse achado escapa ao controle da gestão, tendo em vista que as dificuldades do público-alvo de acessar à EJA têm, muitas vezes, peculiaridades relativas às suas vidas pessoais e que, portanto, poderão em alguma medida ser minimizadas pela ação governamental, porém nunca totalmente sanadas.

4.4.2. Permanência dos alunos na EJA

Achado: dificuldade de permanência dos alunos na EJA.

Recomendação: trabalhar nas capacitações dos professores conteúdos destinados a elevar a auto-estima dos alunos, ressaltando que a escolarização é um direito de todos.

A gestão afirmou no seu Plano de Ação que estava previsto, na formação, o aspecto da auto-estima dos educandos e dos educadores, com realização de oficinas de relações interpessoais e da reedição dos encontros de alunos, no ano letivo de 2008. Em resposta ao



ofício, destacou que estão trabalhando para reafirmar a confiança depositada nos educadores da rede, mas não fala dos conteúdos para elevar auto-estima dos alunos.

Dessa forma, a equipe de auditoria solicitou o conteúdo programático das formações realizadas, os quais foram apresentados pela gestão (fls. 337-347), mas que, porém, não demonstraram itens específicos que abordassem a elevação da auto-estima dos alunos.

No entanto, a gestão afirmou que, na Proposta Curricular, foi inserido um novo componente curricular - juventude, ética e cidadania - o qual possui cinco eixos, dentre eles: direitos humanos, que trata da educação enquanto direito. Segundo a gestão, este novo conteúdo tem sido trabalhado junto aos professores e coordenadores pedagógicos em reuniões.

Afirmou, ainda, que as oficinas de relações interpessoais não foram retomadas por falta de adesão dos professores (dificuldade de participarem de formação fora do horário de aula).

Considerando a iniciativa de inserir um componente curricular, que em alguma medida poderá elevar a auto-estima dos alunos, pode-se afirmar que essa recomendação encontra-se em **fase inicial de implementação**, tendo em vista que a aplicação do referido componente ainda não está claramente demonstrada.

Recomendação: divulgar experiências exitosas de alunos que superaram dificuldades para permanecerem na EJA.

A gestão afirmou, em seu Plano de Ação, que já existia um programa de socialização das experiências exitosas através da publicação da revista “Troca-Troca de Experiências Educacionais”, mas colocou como nova ação a realização de momentos de socialização nos encontros de formação com depoimentos de alunos e professores. Em resposta ao ofício deste Tribunal, a gestão afirmou que estava em fase de planejamento, para ser realizado em novembro/08, um encontro de professores e estudantes da EJA.

Foram solicitados a Revista “Troca-Troca de Experiências Educacionais” e documentos que comprovassem a realização do IV Encontro dos Estudantes de EJA.

A gestão forneceu um exemplar da revista, um “folder” do Encontro com conteúdo programático, ata de presença e ofício de encaminhamento às escolas, fls. 348.

Entretanto, não foi apresentado nenhum caso específico de divulgação de experiências exitosas de alunos que superaram dificuldades para permanecerem na EJA.

Diante do exposto, pode-se afirmar que já existe espaço adequado para divulgação de experiências exitosas de alunos que superaram dificuldades para permanecerem na EJA, a exemplo da Revista “Troca-Troca de Experiências Educacionais” e do Encontro dos Estudantes de EJA, entretanto a divulgação não vem sendo realizada, portanto a recomendação encontra-se em **fase inicial de implementação**.

Um exemplo de experiência exitosa que poderia ser divulgada para toda a rede municipal de ensino é a iniciativa dos alunos da Escola Professor Hélio Maia, anteriormente comentada no Achado 4.1.2.

Assim, criaram o “Dia do visitante na escola” que pretendia aumentar o número de alunos matriculados na classe, além de esclarecer a comunidade acerca da importância da



escolarização para a vida das pessoas. Assim, acreditavam que convidando as pessoas para conhecer a escola e um pouco da realidade vivenciada poderiam contribuir para a comunidade mudar a idéia que tinha da escolarização de jovens e adultos.

Segundo a coordenadora pedagógica da referida escola, no dia do evento foram dados diversos depoimentos emocionantes, como por exemplo:

- “Foi uma grande emoção poder assinar meu nome pela primeira vez.”
- “Quando eu recebi essa carteira de estudante eu me senti realmente estudante, pois eu sempre quis estudar, mas só agora eu pude”.
- “A escola mudou a minha vida para sempre”.
- “Nunca é tarde para estudar”
- “Agora que comecei não irei parar de estudar”

A coordenadora pedagógica informou, ainda, que foram alcançados os seguintes resultados: a turma de EJA conseguiu mais visibilidade na escola e na comunidade inclusive aumentando o número de matrícula; melhorou auto-estima dos estudantes tornando-os mais participativos e atuantes na escola; os estudantes puderam perceber o valor da mobilização no sentido de conquistarem seus objetivos.

Recomendação: realizar estudo da demanda por turmas dos níveis 4 e 5 nas escolas e incluir tais turmas no planejamento anual da EJA, com definição das escolas que oferecerão essas turmas, quantitativo de turmas, período de matrícula e data de início e término de aulas. Divulgar essas informações nas escolas com antecedência, incentivando os alunos concluintes do nível 3 a continuarem os estudos.

A princípio foi informado no Plano de Ação que a gestão de Olinda pleiteou que o atendimento do nível 4 e 5 de EJA fosse gradativamente assumido pelo Estado. A Diretoria de Ensino informou, ainda, que estava sendo realizado o levantamento da demanda por turmas destes níveis e que seria encaminhada à SEDUC/PE a relação das escolas que dispõem dessa demanda.

Em resposta ao ofício, a Diretoria afirmou que o levantamento foi realizado, as vagas foram divulgadas junto à comunidade escolar e os alunos concluintes do nível 3 foram encaminhados às escolas estaduais para continuarem os estudos.

Entretanto, durante as entrevistas realizadas neste monitoramento, a gestão informou que houve a decisão de o próprio município intensificar a oferta dos níveis 4 e 5, nas escolas municipais.

A diretoria informou, ainda, que ampliou a oferta de turmas de EJA dos níveis 4 e 5, inclusive passando a oferecer em outras escolas além das duas que já ofereciam em 2006. O aumento foi decorrente da demanda. Segundo a gestão, onde houve demanda, houve criação de turmas. Afirmou, ainda, que desde outubro de 2008, o DARE orientou as escolas a estimularem os alunos de nível 3 a continuarem os estudos.

Assim, a equipe de auditoria solicitou a relação das escolas, com os quantitativos de alunos, que atendem aos supracitados níveis. A Diretoria forneceu relação, fls. 353-355, de onde se extraíram os seguintes quantitativos:



Tabela 6 – Quantitativo de escolas, turmas e alunos atendidos pela EJA municipal nos níveis 4 e 5 em 2009

Nível	Qtde. de Escolas	Qtde. de Turmas	Qtde. de Alunos
4	18	27	1.010
5	8	14	495
Total	20⁶	41	1.505

Fonte: Diretoria de Ensino - SEDO

Diante do exposto, pode-se concluir que a recomendação foi *implementada*.

Recomendação: incluir alunos de EJA nas políticas que visem à profissionalização de jovens e adultos, a exemplo do previsto no Projeto Brigada Paulo Freire.

Segundo o Plano de Ação, elaborado pela gestão, estavam em curso entendimentos com as Faculdades de Olinda e UNIVERSO para a realização de oficinas profissionalizantes para os alunos de EJA.

Em resposta ao ofício, a gestão afirmou que já estava tratando do assunto.

Foi solicitada relação dos projetos de profissionalização para jovens e adultos e relação dos alunos incluídos em tais projetos.

A gestão respondeu no Ofício nº 613/09 – GAB/SEDO, fls. 90, que “os cursos profissionalizantes ofertados pela PMO/SEDO foram realizados em duas dimensões: cursos regulares de práticas profissionais (Bijuterias, Macramê, Crochê, Tenerife, Moda íntima, Informática, Estamparia, Confeitaria, Culinária, Pintura e Corte/costura), e noutra dimensão a parceria realizada entre a PMO/SEDO, num acordo de cooperação técnica com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco/CEFET, instalando um Núcleo de Extensão em Olinda, foram ofertados os cursos de Informática (AutoCAD), Customização de Roupas, Gesso para a construção civil e Qualidade no atendimento”.

Embora informe, nesse mesmo ofício, que tais cursos foram amplamente divulgados, inclusive nas escolas municipais que ofertam EJA, não ficou caracterizado que houve um trabalho específico para inclusão dos alunos de EJA em tais projetos de profissionalização.

Dessa forma, essa recomendação pode ser classificada como *não implementada*.

Recomendação: promover articulação com o Governo do Estado, com o intuito de ampliar a oferta turmas nos níveis 4 e 5 da EJA.

O Plano de Ação mencionou que a articulação da prefeitura e SEDO com a SEDUC/PE para atendimento dos egressos do 1º segmento do ensino fundamental já estava em curso. Em resposta ao ofício, não houve menção ao estágio de implementação desta recomendação.

⁶ Das 20 escolas que oferecem turmas de EJA dos níveis 4 e/ou 5, seis escolas oferecem ambos os níveis, 12 oferecem apenas o nível 4 e duas oferecem exclusivamente o nível 5.



A equipe de auditoria solicitou o ofício de encaminhamento a SEDUC/PE da relação das escolas que possuem demanda por turmas dos níveis 4 e 5 (previsto no plano de ação); a resposta da SEDUC/PE; e a relação das escolas estaduais e municipais que oferecem turmas dos níveis 4 e 5.

Conforme comentado em recomendação anterior, a gestão municipal resolveu aumentar a oferta de turmas dos níveis 4 e 5 e informou através do Ofício nº 613/09 – GAB/SEDO, fls. 90, que é feito um levantamento no segundo semestre da demanda por turmas dos supracitados níveis e então é realizada adequação para atendimento na própria rede municipal. Apenas nos casos onde, por alguma razão, não for possível atender ao aluno na rede municipal ou quando o aluno deseje estudar na rede estadual é feito contato com a Gerência Regional de Educação – GRE e o conseqüente encaminhamento.

Diante dessa nova realidade, e considerando que a articulação com o governo do Estado, após a decisão de assumir tais turmas na rede municipal, não objetiva mais a ampliação da oferta de turmas, mas sim atender a situações específicas de alguns alunos, pode-se afirmar que a recomendação classifica-se como *não mais aplicável*.

Considerações sobre o achado

Observa-se que das cinco recomendações relacionadas ao presente achado, apenas uma foi considerada implementada, porém em duas delas ocorreram avanços que associados à decisão de aumento da oferta de turmas de níveis 4 e 5 pela rede municipal, referente àquela recomendação implementada, em alguma medida, contribuíram para a minimização do problema identificado.

Dessa forma, embora ainda haja necessidade de outros avanços, pode-se afirmar que o presente achado foi *atenuado*.

Outrossim, a gestão conseguiu levantar o percentual de desistência (abandono) de 2008, referente às turmas de EJA, fls. 108, que apresentaram valores conforme Tabela 7:

Tabela 7 – Percentuais de rendimento por nível de EJA em 2008

Nível	Percentual de Aprovação	Percentual de Reprovação	Percentual de Desistência
1	32%	17%	51%
2	32%	22%	46%
3	33%	20%	47%
4	30%	13%	57%
5	57%	9%	34%
Telessala	70%	9%	21%
Geral	38%	17%	45%

Fonte: Diretoria de Ensino - SEDO

Tais dados servem como linha de base, para que o Tribunal possa acompanhar nos próximos monitoramentos o comportamento da permanência e/ou abandono dos alunos de EJA no processo de escolarização.



Conforme já mencionado no item 2 – Contextualização da Educação de Jovens e Adultos de Olinda – deste relatório, vale lembrar os resultados apontados pelo IBGE na pesquisa divulgada em 2007 sobre educação profissional e aspectos complementares da educação de jovens e adultos⁷. Segundo esta pesquisa, das pessoas com 15 anos ou mais de idade que não freqüentavam, mas freqüentaram anteriormente curso de educação de jovens e adultos, 4,3% concluíram o primeiro segmento do fundamental (1ª a 4ª séries); 15,1%, o segundo segmento (de 5ª a 8ª séries); 37,9%, o ensino médio; e 42,7% não concluíram nenhum segmento do curso de educação de jovens e adultos que freqüentaram. A pesquisa revelou ainda que, dentre os motivos para a não conclusão do curso de educação de jovens e adultos apontados por aquelas pessoas que freqüentaram anteriormente, os principais eram: o horário das aulas não era compatível com o horário de trabalho ou de procurar trabalho (27,9%); o horário das aulas não era compatível com o horário dos afazeres domésticos (13,6%); tinha dificuldade de acompanhar o curso (13,6%); não havia curso próximo à residência (5,5%); não havia curso próximo ao local de trabalho (1,1%); não teve interesse em fazer o curso (15,6%); não conseguiu vaga (0,7%); e outro motivo (22,0%).

Assim, percebe-se que o elevado número de desistências entre os alunos da EJA em Olinda reflete o cenário nacional e merece atenção especial, tendo em vista que parte dos motivos apresentados pode ser minimizado a partir de uma política de educação que contemple ações de intervenção das escolas e demais segmentos envolvidos na EJA nas causas que vem gerando desistências.

Dada a importância do tema, cabe à gestão avaliar sobre a viabilidade de se realizar levantamento dos principais motivos que causam o abandono dos alunos na EJA de Olinda, com o fim de prever medidas de intervenção cabíveis para resolução ou minimização das causas.

4.5. Outros achados

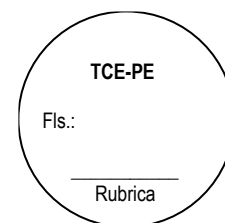
4.5.1. Estrutura física e de pessoal para o gerenciamento da EJA

Achado: a estrutura física e de pessoal disponibilizada para a Diretoria de Ensino e para a Divisão de EJA é insuficiente para o gerenciamento eficiente do PEJA.

Recomendação: elaborar estudo sobre a estrutura física e de recursos humanos necessária para o gerenciamento do PEJA pela Diretoria de Ensino e pela Divisão de EJA.

A Diretoria de Ensino afirma no Plano de Ação que foi realizado levantamento sobre a estrutura física e de recursos humanos existentes e que, a partir dele, seria realizado estudo para o melhor atendimento da Diretoria. A previsão de início era janeiro/08.

⁷ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/suplementos/jovens/default.htm>. Acesso em: 04/08/09.



Em resposta ao ofício, a gestão informou que o PEJA não existe mais, passando a EJA a ser financiada pelo FUNDEB. Acrescentou que, quanto à estrutura física, a Diretoria de Ensino já possuía uma estrutura mínima de computador interligado à internet. Já no que se refere à estrutura de recursos humanos, mencionou que 100% do quadro de professores já era efetivo, mas que, os demais cargos ainda eram contratados temporariamente e que estavam tentando suprir as necessidades através da contratação de estagiários, enquanto não é realizado concurso público.

Entretanto, quando foi mencionado “recursos humanos” na auditoria realizada por este Tribunal, referiu-se à equipe responsável pelo gerenciamento da EJA.

De qualquer forma, a equipe de auditoria solicitou o supracitado levantamento e foi fornecido documento que tratava de necessidades de recursos humanos para todos os departamentos da Diretoria de Ensino (fls. 359), que não deixa clara a necessidade específica para o gerenciamento da EJA. Nesse levantamento não havia referência à questão da estrutura física.

Diante do exposto, considera-se que tal levantamento pode ser aperfeiçoado e considerar de fato as necessidades de estrutura física e de recursos humanos para o adequado gerenciamento da EJA e que, portanto, a recomendação encontra-se em ***fase inicial de implementação***.

Recomendação: disponibilizar à Diretoria de Ensino e, em especial, à Divisão de EJA a estrutura física e de recursos humanos necessária para o gerenciamento do programa.

A gestão mencionou, no Plano de Ação, que faria gestões junto à Secretaria da Fazenda e da Administração de Olinda – SEFAD para garantir recursos financeiros para o cumprimento desta recomendação. Em resposta ao ofício deste Tribunal, informou já haver se posicionado quanto a este assunto na resposta à recomendação anterior exarada à Diretoria de Ensino.

Foi solicitada relação atualizada de servidores da Diretoria de Ensino (fls. 358), onde se pode observar que houve redução de quatro para dois servidores responsáveis pelo gerenciamento da EJA, em relação ao observado durante a auditoria.

Através de observação direta, verificou-se que, de fato, foi disponibilizado o acesso à Internet, para a Diretoria de Ensino, que à época da auditoria não dispunha de tal possibilidade. A Divisão de EJA, entretanto, não foi atendida como o esperado e está no presente momento sem gestor responsável por suas atividades.

Diante do exposto, pode-se afirmar que essa recomendação ***não foi implementada***.

Considerações sobre o achado

Observa-se que a Diretoria de Ensino e, em especial, a Divisão de EJA, permanece com estrutura física e de recursos humanos insuficientes para o gerenciamento das atividades da EJA.

Dessa forma, pode-se afirmar que esse achado ***não foi sanado***.



4.5.2. Informações orçamentário-financeiras da EJA

Achado: a equipe da EJA não recebe informações orçamentário-financeiras sobre o PEJA do Departamento Financeiro da Secretaria de Educação.

Recomendação: identificar e sanar as dificuldades enfrentadas pelo Departamento Financeiro para o fornecimento de informações orçamentárias e financeiras consistentes e tempestivas do PEJA.

A SEDO asseverou, em seu Plano de Ação, que intensificaria gestão junto à SEFAD para disponibilizar as informações relacionadas ao FUNDEB. Em resposta ao ofício deste Tribunal, a Secretaria de Educação ratificou que o PEJA deixou de existir e os recursos para a EJA estão contemplados no FUNDEB. Conseqüentemente, as despesas com a EJA estão inseridas na prestação de contas do FUNDEB.

Foi solicitado o documento que descreve a identificação das dificuldades enfrentadas pelo Departamento Financeiro para o fornecimento de informações da EJA, bem como as ações adotadas para saná-las, mas os responsáveis pelo citado departamento informaram que a dificuldade que existe é a falha de comunicação interna, sendo necessário criar mecanismo que permita a identificação do que foi gasto especificamente em EJA, com os recursos do FUNDEB, para aí sim gerar as informações orçamentárias e financeiras relativas às atividades da EJA. Essa identificação não está materializada em nenhum documento e ainda não foram adotadas medidas para mitigar a dificuldade apontada.

Considerando que o setor financeiro, embora informalmente, identificou a principal dificuldade para gerar as informações em pauta, pode-se afirmar que essa recomendação encontra-se em *fase inicial de implementação*.

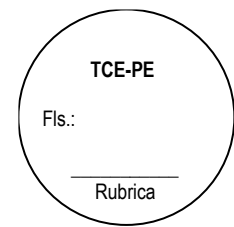
Recomendação: manter relatórios atualizados sobre a execução orçamentária e financeira do PEJA e enviá-los mensalmente à equipe gestora do programa.

A gestão apresenta as mesmas justificativas para a recomendação anterior, tanto no Plano de ação, quanto na resposta ao ofício do Tribunal.

Foram solicitados à Diretoria de Ensino, que é responsável, entre outras, pelas atividades de EJA, o relatório referente à execução orçamentária e financeira, dos recursos provenientes do FUNDEB, referentes às atividades da EJA, tendo em vista que atualmente não mais existe o PEJA.

A equipe de auditoria foi informada de que a Diretoria de Ensino não dispunha de tais informações, mas que, se quisessem, bastaria solicitar ao setor financeiro da Secretaria de Educação de Olinda.

Dessa forma, foi solicitado ao setor financeiro o supracitado relatório, o qual foi apresentado, fls. (369-393), com informações referentes à execução orçamentária do FUNDEB, com algumas rubricas específicas da EJA, mas com outras tantas apresentadas no conjunto dos diversos níveis e modalidades de ensino, não permitindo, portanto, um acompanhamento do que foi efetivamente executado na EJA.

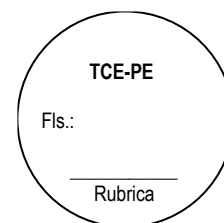


A Gerente Financeira Maria Rodrigues Malta conclui em seu relatório que: “Diante do exposto, verifica-se a necessidade de realizar a partir do momento, despesas identificando os níveis e modalidades de ensino para facilitar o fornecimento das informações, apresentar de forma detalhada as despesas do Orçamento Fiscal referente a EJA, a partir do ano 2010 e manter relatórios atualizados sobre a execução orçamentária e financeira do programa” (fls. 370).

Dessa forma, pode-se afirmar que a presente recomendação classifica-se como ***não implementada***.

Considerações sobre o achado

Considerando que a equipe de EJA, quando instada a apresentar as informações orçamentárias e financeiras referentes às atividades da EJA, não dispunha delas, observa-se que o achado pode ser classificado como ***não sanado***.



5. Indicadores de Desempenho

Achado: a gestão da EJA não dispõe de indicadores de desempenho para o gerenciamento do programa.

Durante a auditoria realizada observou-se que a gestão da EJA não dispunha de indicadores de desempenho para o gerenciamento do programa, o qual foi tratado como um achado de auditoria. Foi promovida uma oficina com os gestores da Diretoria de Ensino e foram propostos alguns indicadores de desempenho, que deveriam gradativamente ser implementados.

Assim, o Tribunal exarou a seguinte recomendação:

Recomendação: implantar indicadores de desempenho para o gerenciamento do programa.

Em seu Plano de Ação, a gestão informou que implantaria os indicadores sugeridos pelo TCE-PE a partir de fevereiro/08 e, em resposta ao ofício deste tribunal, a Diretoria afirmou que os referidos indicadores já estavam sendo acompanhados junto às turmas de EJA.

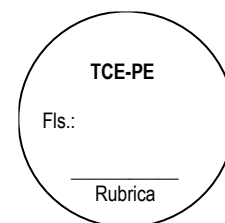
Porém, durante o presente monitoramento, ao serem demandadas quanto às medições desses indicadores, as gestoras da EJA afirmaram que eles não haviam sido implementados, conforme item 2.7 do documento entregue à equipe de auditoria, fls. 85.

Dessa forma, pode-se afirmar que a recomendação se classifica como ***não implementada***.

Considerações sobre o achado

Embora a gestão não tenha ainda implementado os indicadores propostos pelo Tribunal, para acompanhamento de seu desempenho, observa-se que houve um pequeno avanço quanto aos indicadores de rendimento: taxa de aprovação, reprovação, transferidos e desistentes, que passaram a ser levantados e disponibilizados à gestão de EJA, informando a medição do ano anterior no mês de junho do presente ano letivo.

Dessa forma, pode-se afirmar que esse achado foi ***atenuado***.



6. Análise dos Comentários do Gestor

Por meio do Ofício TC/GAU-09 N° 91/2009, de 13/08/2009 (fl. 395), foi encaminhada a versão preliminar do Relatório do Primeiro Monitoramento da auditoria operacional realizada na Avaliação do Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA - à Secretaria de Educação do Município de Olinda, solicitando o pronunciamento do gestor sobre o grau de implementação das recomendações constantes do referido relatório. Em resposta, a Sra. Leocádia Maria da Hora Neta, Secretária de Educação e Desportos da Prefeitura de Olinda, enviou os comentários acerca da avaliação realizada, por meio do Ofício n° 838/2009 – GAB/SEDO, protocolado em 22/09/2009 (fls. 444 a 468).

Preliminarmente, a gestora informou que, embora se tenha um percentual de 25,7% das ações ainda não foram implementadas, houve avanços em vários aspectos de 2006 a 2009, não obstante o valor per capita (R\$ 250,00) ter sido considerado baixo pela gestora. Apesar disso, toda a demanda de alunos que procurou as escolas foi atendida e matriculada.

Relatou outros desafios enfrentados, tais como:

- No primeiro ano do FUNDEB (2008), os municípios tiveram uma perda de aproximadamente 12% com relação ao PEJA;
- Com relação ao livro didático, os processos licitatórios apresentam muitas vezes grande fluxo de processos, provocando atraso na entrega. A gestora declarou que está procurando corrigir isso para 2010, preparando desde já as licitações e tendo conseguido compromisso do governo municipal de priorizar as licitações da educação para o início do ano;
- Quanto ao quantitativo de pessoal para o atendimento da demanda, o município de Olinda assinou termo de conduta com o Ministério Público. Por isso, não pode fazer novas contratações para atingir o quantitativo de pessoal ideal. A gestora está aguardando a realização de concurso público que está programado para acontecer ainda neste ano.

Em relação aos achados e recomendações apresentados no Relatório do Primeiro Monitoramento da auditoria operacional realizada na Avaliação do Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA, a gestora não discordou de nenhum dos pontos apresentados pela equipe de auditoria, permanecendo inalterado o presente relatório de auditoria.



7. Considerações Finais

Ao final do primeiro monitoramento, foi levantada a situação de implementação das recomendações proferidas pelo TCE/PE. Os resultados apurados são apresentados na tabela abaixo.

Tabela 8 – Situação dos achados e da implementação das recomendações proferidas pelo TCE/PE

Item do Relatório	Decisão TC Nº 1143/07	Situação 1º Monitoramento
4.1.	Adequação dos controles para o gerenciamento da EJA.	-
4.1.1. Achado	A gestão do Programa não dispõe de informações tempestivas acerca do desempenho dos alunos.	Atenuado
Recomendação	Promover avaliação uniforme e sistemática, ainda que amostral, dos alunos ao final do ano para aferir seu desempenho.	Fase avançada de implementação
Recomendação	Sistematizar uma proposta que defina as competências necessárias para o ingresso em cada nível de EJA.	Implementada
Recomendação	Padronizar a avaliação dos alunos que ingressam na EJA a fim de verificar a turma correspondente ao seu nível de conhecimento.	Não implementada
Recomendação	Criar mecanismo que permita a obtenção periódica dos dados sobre o desempenho dos alunos contidos nos diários de classe.	Fase inicial de implementação
Recomendação	Criar mecanismo para obtenção das informações sobre o rendimento dos alunos disponíveis na DARE, ao longo do período letivo em curso.	Fase avançada de implementação
Recomendação	Criar mecanismo para obtenção, nas escolas, das informações sobre rendimento dos alunos (observação da quantidade de aprovados, reprovados, transferidos e desistentes), disponibilizando-o ao longo do período letivo em curso.	Fase avançada de implementação
Recomendação	Garantir que todos os professores preencham o diário de classe no que toca ao desempenho dos alunos.	Fase inicial de implementação
4.1.2. Achado	Inexistência de procedimento padronizado para contatar alunos que faltam ou abandonam a EJA.	Não sanado
Recomendação	Realizar discussão com os diretores das escolas que possuem turmas de EJA, elaborando mecanismo para contatar os alunos faltosos ou evadidos, a fim de trazê-los de volta à sala de aula.	Fase inicial de implementação
Recomendação	Garantir que os dados para contato com o aluno (endereço e telefones) sejam preenchidos na ficha de matrícula.	Fase avançada de implementação
4.2	Adequação do material didático disponibilizado e da formação dos professores às necessidades da EJA.	-
4.2.1. Achado	Em 2006, a entrega de livros e outros materiais didáticos não ocorreu com tempestividade, nem uniformidade entre as escolas.	Não sanado
Recomendação	Identificar e sanar as dificuldades enfrentadas pelo setor responsável pelas licitações da SEDO, de forma a não comprometer a distribuição de livros e materiais didáticos da EJA no início do ano letivo.	Não implementada
Recomendação	Definir os itens e quantitativos básicos de materiais didáticos, distribuindo-os às escolas no início do ano letivo.	Fase inicial de implementação
Recomendação	Garantir que a distribuição de materiais didáticos seja realizada de forma a contemplar uniformemente todas as escolas.	Não implementada
Recomendação	Identificar as falhas no processo de distribuição, adotando as providências necessárias que garantam a distribuição de livros didáticos no início do ano letivo.	Não implementada
Recomendação	Definir os responsáveis nas escolas pelo recebimento e posterior	Não



	repassa dos livros e materiais didáticos para professores e alunos.	implementada
4.2.2. Achado	O livro adotado não atende às necessidades dos professores e alunos da EJA, segundo a percepção desses atores.	Não mensurado
Recomendação	Verificar a adequação dos livros às respectivas turmas/níveis de EJA, identificando as dificuldades enfrentadas por professores e alunos, adotando providências para saná-las.	Fase inicial de implementação
Recomendação	Realizar ações com o intuito de diagnosticar e tratar possíveis problemas na visão dos alunos da EJA, e viabilizar a aquisição de óculos de grau, mediante, por exemplo, parcerias com órgãos e entidades da área de Saúde nas esferas municipal, estadual e federal.	Fase inicial de implementação
4.2.3. Achado	As capacitações oferecidas não têm sido adequadas às necessidades dos professores.	Não mensurado
Recomendação	Utilizar resultado de pesquisa junto a professores e coordenadores pedagógicos no planejamento das capacitações no que se refere ao seu conteúdo e formato.	Fase inicial de implementação
Recomendação	Estruturar programa de formação continuada específica para EJA, com carga horária compatível com os conteúdos a serem trabalhados, adotando o horário mais adequado para a maioria dos professores.	Fase avançada de implementação
4.3	Fatores externos interfiram na escolarização de jovens e adultos da EJA.	-
4.3.1. Achado	A carga horária não vem sendo cumprida integralmente nas turmas de EJA por conta de fatores externos ao programa.	Atenuado
Recomendação	Realizar levantamento em parceria com os diretores das escolas para verificar qual a carga horária efetivamente cumprida por cada turma de EJA.	Implementada
Recomendação	Medir e comparar o desempenho dos alunos, de acordo com avaliação padronizada a ser instituída, das turmas que recebem e das que não recebem aulas dentro da carga horária prevista.	Não mais aplicável
Recomendação	Realizar discussão com professores e diretores, definindo alternativa para garantir a disponibilização do conteúdo mínimo necessário para o desenvolvimento das competências dos alunos de EJA em consonância com a proposta pedagógica adotada e diante das possibilidades reais de cumprimento de carga horária.	Implementada
4.3.2. Achado	A gestão do Programa não adota ações articuladas com outros órgãos e Programas do Município para fazer face aos fatores externos que prejudicam a escolarização dos alunos de EJA.	Atenuado
Recomendação	Promover discussão com as Secretarias do Governo Municipal no que diz respeito à integração de suas políticas no sentido de minimizar os efeitos externos ao programa que prejudicam a escolarização de jovens e adultos.	Implementada
Recomendação	Elaborar Plano de Ação Integrada para fazer face às dificuldades externas enfrentadas pelos alunos de EJA com vistas a estimular sua permanência e bom aproveitamento, ou estender as ações previstas na “Brigada Paulo Freire” aos alunos de EJA.	Fase inicial de implementação
Recomendação	Promover discussão com os órgãos e gestores de programas da Secretaria, adotando alternativas de integração, no sentido de minimizar os efeitos externos ao programa que prejudicam a escolarização de jovens e adultos.	Implementada
4.4	Acesso e permanência na EJA.	-
4.4.1. Achado	Público-alvo tem dificuldade de acesso à EJA.	Atenuado
Recomendação	Levantar a capacidade operacional do programa e das escolas, e em havendo possibilidade de oferta de novas turmas de EJA no turno diurno, avaliar a existência de demanda, e sendo esta constatada, criar turmas em caráter experimental.	Implementada



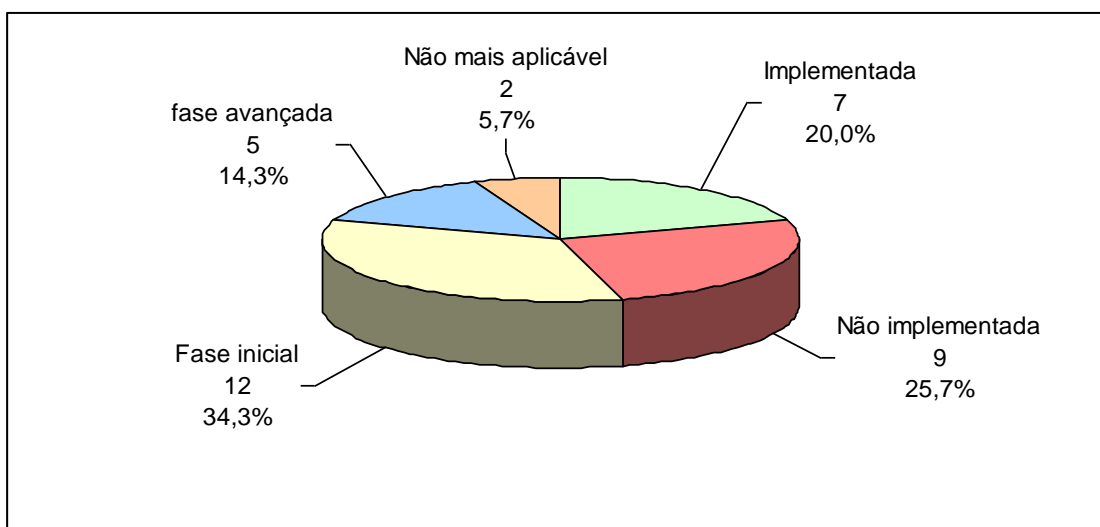
4.4.2. Achado	Dificuldade de permanência dos alunos na EJA.	Atenuado
Recomendação	Trabalhar nas capacitações dos professores conteúdos destinados a elevar a auto-estima dos alunos, ressaltando que a escolarização é um direito de todos.	Fase inicial de implementação
Recomendação	Divulgar experiências exitosas de alunos que superaram dificuldades para permanecerem na EJA.	Fase inicial de implementação
Recomendação	Realizar estudo da demanda por turmas dos níveis 4 e 5 nas escolas e incluir tais turmas no planejamento anual da EJA, com definição das escolas que oferecerão essas turmas, quantitativo de turmas, período de matrícula e data de início e término de aulas. Divulgar essas informações nas escolas com antecedência, incentivando os alunos concluintes do nível 3 a continuarem os estudos.	Implementada
Recomendação	Incluir alunos de EJA nas políticas que visem à profissionalização de jovens e adultos, a exemplo do previsto no Projeto Brigada Paulo Freire.	Não implementada
Recomendação	Promover articulação com o Governo do Estado, com o intuito de ampliar a oferta turmas nos níveis 4 e 5 da EJA.	Não mais aplicável
4.5	Outros achados	-
4.5.1. Achado	A estrutura física e de pessoal disponibilizada para a Diretoria de Ensino e para a Divisão de EJA é insuficiente para o gerenciamento eficiente do PEJA.	Não sanado
Recomendação	Elaborar estudo sobre a estrutura física e de recursos humanos necessária para o gerenciamento do PEJA pela Diretoria de Ensino e pela Divisão de EJA.	Fase inicial de implementação
Recomendação	Disponibilizar à Diretoria de Ensino e, em especial, à Divisão de EJA a estrutura física e de recursos humanos necessária para o gerenciamento do programa.	Não implementada
4.5.2. Achado	A equipe da EJA não recebe informações orçamentário-financeiras sobre o PEJA do Departamento Financeiro da Secretaria de Educação.	Não sanado
Recomendação	Identificar e sanar as dificuldades enfrentadas pelo Departamento Financeiro para o fornecimento de informações orçamentárias e financeiras consistentes e tempestivas do PEJA.	Fase inicial de implementação
Recomendação	Manter relatórios atualizados sobre a execução orçamentária e financeira do PEJA e enviá-los mensalmente à equipe gestora do programa.	Não implementada
5	Indicadores de desempenho	-
Achado	A gestão da EJA não dispõe de indicadores de desempenho para o gerenciamento do programa	Atenuado
Recomendação	Implantar indicadores de desempenho para o gerenciamento do programa.	Não implementada

Fonte: equipe de auditoria

A equipe de auditoria constatou que sete das trinta e cinco recomendações proferidas pelo TCE/PE foram implementadas pela gestão da EJA no período compreendido entre a auditoria e o primeiro monitoramento, conforme gráfico 4 apresentado a seguir.

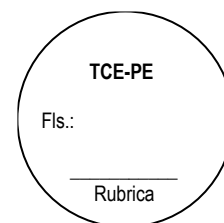


Gráfico 4 – Situação da implementação das recomendações: primeiro monitoramento – agosto/2009



Fonte: equipe de auditoria

Diante da avaliação da implementação de algumas recomendações, propõe-se a realização de mais um monitoramento para análise das recomendações que se encontram em fase de implantação e das que não foram iniciadas.



8. Proposta de encaminhamento

Diante da avaliação da implementação de algumas recomendações e visando contribuir para a melhoria do desempenho do Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA –, propõe-se a esta Corte autorizar a realização de mais um monitoramento para análise das recomendações que se encontram em fase de implementação e das que não foram iniciadas e as seguintes deliberações:

À Diretoria de Plenário deste Tribunal:

- Encaminhar cópias desta decisão e do Relatório Consolidado do Primeiro Monitoramento no Programa de Educação de Jovens e Adultos à Secretaria de Educação do município de Olinda, à Controladoria Geral do Município de Olinda, ao Conselho Municipal de Educação de Olinda e ao Conselho Estadual de Educação;
- Encaminhar este processo à Coordenadoria de Controle Externo para a realização de monitoramento.

Recife, 07 de outubro de 2009.

Alan José de Moura Silva
Técnico de Auditoria das Contas Públicas
(Coordenador)

Adriana Figueirêdo Arantes
Auditora das Contas Públicas

Visto e aprovado.

Lídia Maria Lopes da Silva
Auditora das Contas Públicas
Gerente da GEAP